

Intelbras S.A. - Indústria de Telecomunicação Eletrônica Brasileira

Demonstrações Financeiras
Individuais e Consolidadas
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2025 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

Intelbras S.A. – Indústria de Telecomunicação Eletrônica Brasileira

Demonstrações financeiras anuais

31 de dezembro de 2025

Conteúdo

Relatório da Administração 1

Relatório do auditor independente sobre as informações financeiras intermediárias..... 13

Demonstrações financeiras auditadas

Balanços patrimoniais..... 18

Demonstrações dos resultados..... 20

Demonstrações dos resultados abrangentes 21

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido..... 22

Demonstrações dos fluxos de caixa..... 23

Demonstrações dos valores adicionados..... 24

Notas explicativas às demonstrações financeiras..... 25

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas 79

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes 80

Relatório Anual do Comitê de Auditoria..... 81



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DOS RESULTADOS DO EXERCÍCIO 2025

Intelbras gera receita líquida consolidada de R\$1.167.975 mil e lucro líquido de R\$137.940 mil no trimestre.

São José (SC), 24 de fevereiro de 2026 – A Intelbras S.A. - Indústria de Telecomunicação Eletrônica Brasileira ("Intelbras" ou "Companhia") divulga seus resultados consolidados do trimestre findo em 31 de dezembro de 2025 e do exercício de 2025. Os valores aqui apresentados são comparados com os dos trimestres findos em 31 de dezembro de 2024 e 30 de setembro de 2025 e do exercício findo em 2024, exceto se indicado de outra forma. Os saldos contábeis aqui apresentados foram extraídos das informações financeiras elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira e as práticas adotadas no Brasil, já em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS). Medidas não contábeis são apresentadas de acordo com práticas usuais de mercado.

Destaques do 4T25

A **Receita Operacional Líquida** foi de R\$1.167.975 mil no trimestre, representando uma variação positiva de 3,8% em relação ao realizado no trimestre anterior e variação negativa de 9,3% frente ao quarto trimestre de 2024.

Nosso **EBITDA** foi de R\$162.220 mil, uma variação positiva de 12,6% em relação ao EBITDA do trimestre anterior, o que representa uma margem EBITDA de 13,9%, +1,1 ponto percentual em comparação com a margem realizada no 3T25 e 1,9% abaixo do resultado apresentado no mesmo período do ano anterior.

O **ROIC (pre-tax)** consolidado da Companhia apurado nos últimos quatro trimestres foi de 15,1%, representando uma variação positiva de 0,6p.p. frente ao trimestre anterior e negativa de 3,0p.p. em relação ao 4T24.

Nosso **Lucro Líquido** no 4T25 foi de R\$137.940 mil, o que representa um crescimento de 8,2% em relação ao lucro líquido apurado no mesmo período do ano anterior e uma margem líquida de 11,8% e variação negativa de 6,7% se comparado ao 3T25.



Mensagem da administração

Encerramos o quarto trimestre de 2025 e, com ele, um ano de transições importantes. A Intelbras manteve o foco em crescer com disciplina no longo prazo, mesmo com ajustes que pressionaram a receita no curto prazo. As decisões foram voltadas a melhorar, de forma consistente, a qualidade do resultado e sustentar a retomada do crescimento com rentabilidade.

No quarto trimestre, a receita caiu 9,3% na comparação com o quarto trimestre de 2024, com maior impacto em TIC e Energia. Parte do impacto decorre do ambiente de mercado e parte reflete escolhas deliberadas, especialmente nesses negócios, com ajustes de estratégia, portfólio e abordagem comercial. O ponto central é que, mesmo com a queda de receita, o lucro líquido cresceu 8,2% em relação ao último trimestre do ano anterior, e a margem EBITDA vem melhorando trimestre após trimestre. Essa combinação é consequência de decisões mais firmes e de uma execução mais consistente ao longo do período.



Ao longo de 2025, a Companhia simplificou processos, ajustou estruturas e revisou portfólios para reduzir complexidade e aumentar eficiência. Todos esses ajustes sempre foram buscando elevar a experiência do cliente e fortalecer a saúde da operação. Parte desses ganhos já aparece neste trimestre. Outros ganhos tendem a se tornar mais visíveis ao longo do tempo, à medida que as mudanças se consolidam e a execução amadurece.

A gestão de caixa e do capital de giro também evoluiu ao longo do ano. Houve realinhamento de estoques a níveis mais aderentes à operação, e retomada de compras ao longo do segundo semestre de acordo com as novas estratégias. A Companhia gerou 1,51x EBITDA de caixa livre no ano e distribuiu R\$300 milhões em dividendos no mês de dezembro, preservando disciplina financeira e flexibilidade. Essa flexibilidade é essencial para atravessar ciclos e continuar investindo com critério.

O quarto trimestre foi semelhante ao terceiro trimestre do ano em dinâmica de mercado, mas com melhora sequencial na margem Ebitda. O relatório a seguir detalha os fundamentos dessa evolução. O dado mais importante é a consistência crescente da trajetória operacional e financeira.

Encerramos 2025 convictos de que estamos na direção correta, mas com a clareza de que ainda há muito trabalho pela frente. O ambiente macroeconômico segue exigindo atenção. Seguiremos combinando prudência com eficiência na execução, inovação com simplicidade e excelência no atendimento aos nossos clientes, defendendo e ampliando nossa liderança. E avançaremos com maturidade na alocação de capital, mantendo o ROIC como referência prática para decidir prioridades e investimentos, negócio a negócio.



Principais indicadores financeiros

R\$ mil (exceto quando indicado)	4T25	3T25	AH%	4T24	AH%
Receita operacional líquida	1.167.975	1.124.689	3,8%	1.287.676	-9,3%
Lucro bruto	358.592	347.092	3,3%	373.353	-4,0%
Margem bruta	30,7%	30,9%	-0,2p.p	29,0%	+1,7p.p
EBITDA	162.220	144.049	12,6%	165.315	-1,9%
Margem EBITDA	13,9%	12,8%	+1,1p.p	12,8%	+1,1p.p
Lucro líquido	137.940	147.904	-6,7%	127.539	8,2%
Margem líquida	11,8%	13,2%	-1,4p.p	9,9%	+1,9p.p
ROIC (pre-tax)	15,1%	14,5%	+0,6p.p	18,1%	-3,0p.p

R\$ mil (exceto quando indicado)	2025	2024	AH%
Receita operacional líquida	4.460.379	4.756.146	-6,2%
Lucro bruto	1.342.581	1.462.629	-8,2%
Margem bruta	30,1%	30,8%	-0,7p.p
EBITDA	541.777	642.151	-15,6%
Margem EBITDA	12,1%	13,5%	-1,4p.p
Lucro líquido	483.733	528.412	-8,5%
Margem líquida	10,8%	11,1%	-0,3p.p
ROIC (pre-tax)	15,1%	18,1%	-3,0p.p



Receita Operacional Líquida

A receita operacional líquida reportada no quarto trimestre representa a continuidade dos negócios realizados no terceiro trimestre e ao longo de todo o exercício. A queda de 9,3% em relação ao mesmo período do ano anterior decorre das receitas menores nos segmentos de negócio em Energia, especificamente Energia Solar, e na linha de Redes Fibra Óptica da BU TIC. Por outro lado, a receita de R\$1.167.975 mil representa um crescimento sequencial de 3,8%, alinhado com a sazonalidade do período.

Na evolução anual, a companhia conclui o exercício de 2025 com uma queda de 6,2% na receita operacional líquida, quando comparado ao exercício de 2024, totalizando R\$4.460.379 mil, em função dos ajustes nas estratégias dos segmentos de TIC e Energia, e da migração do Sistema ERP corporativo, que impactou de forma relevante o primeiro trimestre do exercício.

Lucro bruto

O lucro bruto no quarto trimestre se manteve dentro da estabilidade, com um crescimento alinhado ao crescimento da receita, quando comparado ao trimestre anterior. Mas representa uma expansão de margem quando comparado mesmo período do ano anterior. A tabela abaixo apresenta os detalhes do lucro e da margem bruta apurados no período:

R\$ mil (exceto quando indicado)	4T25	3T25	AH%	4T24	AH%
Receita operacional líquida	1.167.975	1.124.689	3,8%	1.287.676	-9,3%
Custo dos produtos vendidos	(809.383)	(777.597)	4,1%	(914.323)	-11,5%
Lucro bruto	358.592	347.092	3,3%	373.353	-4,0%
Margem Bruta	30,7%	30,9%	-0,2p.p	29,0%	+1,7p.p

Ao longo do ano, houve constante evolução da margem bruta, sendo considerada adequada para os negócios atuais da Companhia. A redução de 0,7 p.p na margem, conforme pode ser observado na tabela abaixo, é decorrente da margem expandida no ano de 2024 durante o primeiro semestre daquele período.

R\$ mil (exceto quando indicado)	2025	2024	AH%
Receita operacional líquida	4.460.379	4.756.146	-6,2%
Custo dos produtos vendidos	(3.117.798)	(3.293.517)	-5,3%
Lucro bruto	1.342.581	1.462.629	-8,2%
Margem Bruta	30,1%	30,8%	-0,7p.p

Despesas operacionais

O controle de despesas é um instrumento importante na busca por eficiência. Os ajustes estruturais realizados ao longo do ano, em especial no quarto trimestre, se refletem na redução de 3,8% em relação ao mesmo período do ano anterior, ou ainda um ganho sequencial de 3,1% em relação terceiro trimestre.

R\$ mil (exceto quando indicado)	4T25	3T25	AH%	4T24	AH%
Com vendas	(151.064)	(150.887)	0,1%	(174.354)	-13,4%
Administrativas e gerais	(64.663)	(71.767)	-9,9%	(64.190)	0,7%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(10.093)	(10.320)	-2,2%	3.729	-370,7%
Total	(225.820)	(232.974)	-3,1%	(234.815)	-3,8%

A estabilidade das despesas comerciais e nas outras receitas (despesas) operacionais, bem como a queda sequencial nas despesas administrativas e gerais refletem os ajustes realizados ao longo de todo o ano, e em especial no quarto trimestre. Esses ajustes nos levaram a reportar despesas totais estáveis em relação ao exercício anterior, mesmo com o impacto do reconhecimento, no primeiro trimestre, em "outras receitas (despesas) operacionais líquidas da ociosidade industrial devido à paralização das atividades industriais para a migração do Sistema ERP, conforme pode ser observado na tabela abaixo:

R\$ mil (exceto quando indicado)	2025	2024	AH%
Com vendas	(603.887)	(644.734)	-6,3%
Administrativas e gerais	(257.488)	(259.342)	-0,7%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(56.054)	(14.236)	293,7%
Total	(917.429)	(918.312)	-0,1%

As despesas totais representaram 20,6% da receita operacional líquida no exercício de 2025, ao passo que no quarto trimestre, a proporção foi de 19,3%, refletindo os ajustes implementados no período, em busca de melhora na eficiência operacional, e traz a companhia ao mesmo patamar realizado no exercício de 2024.

EBITDA

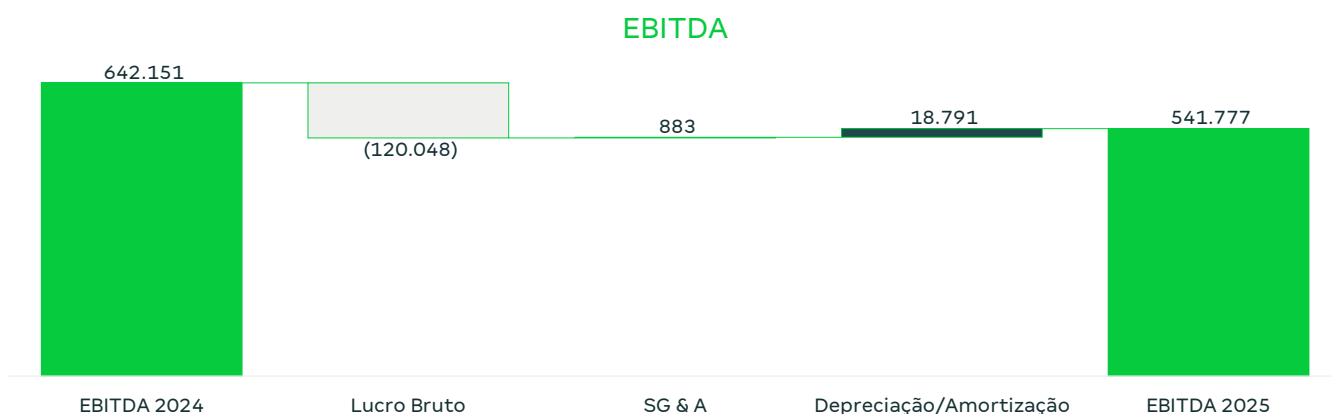
Assim como mencionado no início deste relatório, o quarto trimestre foi semelhante ao trimestre prévio, mas com melhora sequencial na margem Ebitda. Grande parte dos ajustes nas estratégias e das decisões importantes realizadas no decorrer do ano de 2025 foram os responsáveis por tal desempenho. O resultado operacional também evoluiu 1,1 ponto percentual quando comparado ao mesmo período do ano anterior, sendo este mais um reflexo da alteração de estratégia de vendas e ajustes de despesas.

R\$ mil (exceto quando indicado)	4T25	3T25	AH%	4T24	AH%
Receita operacional líquida	1.167.975	1.124.689	3,8%	1.287.676	-9,3%
Lucro Bruto	358.592	347.092	3,3%	373.353	-4,0%
(-) Despesas SG & A	(225.820)	(232.974)	-3,1%	(234.815)	-3,8%
(+) Depreciação	17.456	17.030	2,5%	15.484	12,7%
(+) Amortização	11.992	12.901	-7,0%	11.293	6,2%
EBITDA	162.220	144.049	12,6%	165.315	-1,9%
% EBITDA	13,9%	12,8%	+1,1p.p	12,8%	+1,1p.p

Em 2025, o desempenho do EBITDA refletiu sobretudo a queda de receita e a contração da margem bruta, com despesas controladas e desalavancagem operacional, impactados pelas alterações estratégicas nos segmentos de negócio de TIC e Energia durante o período. O resultado foi uma margem EBITDA de 12,1% (-1,4 p.p.) e um EBITDA 15,6% inferior ao de 2024, conforme apresentado a seguir:

R\$ mil (exceto quando indicado)	2025	2024	AH%
Receita operacional líquida	4.460.379	4.756.146	-6,2%
Lucro Bruto	1.342.581	1.462.629	-8,2%
(-) Despesas SG & A	(917.429)	(918.312)	-0,1%
(+) Depreciação	67.744	55.932	21,1%
(+) Amortização	48.881	41.902	16,7%
EBITDA	541.777	642.151	-15,6%
% EBITDA	12,1%	13,5%	-1,4p.p

O principal fator responsável pela redução do EBITDA no ano de 2025 foi a redução do lucro bruto, consequência direta da queda de 6,2% na receita operacional líquida, conforme ilustrado no gráfico abaixo:



Resultado financeiro

O resultado financeiro do 4T25 foi sustentado principalmente pelo maior nível de caixa ao longo do período, que elevou os rendimentos das aplicações. Do lado das despesas, houve aumento por efeitos como AVP relacionados à composição mais concentrada de passivos sujeitos a desconto, como fornecedores e risco sacado, o que elevou a apropriação financeira. A variação cambial líquida foi negativa, influenciada pela desvalorização do real frente ao dólar em relação ao fechamento do terceiro trimestre, mas parcialmente mitigada por ganhos com instrumentos de hedge, em linha com a política de proteção cambial, conforme apresentado a seguir:

R\$ mil (exceto quando indicado)	4T25	3T25	AH%	4T24	AH%
Receita financeira	74.538	66.377	12,3%	48.620	53,3%
Despesa financeira	(42.077)	(34.189)	23,1%	(48.071)	-12,5%
Variação cambial	(14.967)	(2.814)	431,9%	(26.672)	-43,9%

No acumulado do ano, o resultado financeiro evoluiu em relação a 2024: houve maior receita, menor despesa financeira e queda da variação cambial líquida, movimento amparado por forte geração de caixa operacional e por um nível de caixa mais elevado, decorrentes da melhora do capital de giro ao longo de 2025. Esse conjunto de fatores contribuiu para um desempenho financeiro mais resiliente e alinhado à disciplina na alocação de capital pela Companhia.

R\$ mil (exceto quando indicado)	2025	2024	AH%
Receita financeira	242.774	202.645	19,8%
Despesa financeira	(156.681)	(166.959)	-6,2%
Variação cambial	(31.056)	(65.168)	-52,3%

Lucro líquido

Com um crescimento de 8,2% em relação ao quarto trimestre do ano anterior, o lucro líquido atinge o montante de R\$137.940 mil, o que representa uma margem líquida de 11,8%, alinhada ao histórico da Companhia. Esse resultado reflete um importante crescimento do lucro apurado antes dos impostos no trimestre de 33,7% frente ao apurado no mesmo período do ano anterior, mas foi impactado pelo incremento relevante de IR/CSLL diferidos, gerados sobre a variação dos derivativos cambiais que, devido à desvalorização do Real, representou um ganho relevante temporário.

ROIC (pre-tax)

O ROIC (pre-tax) alcançou 15,1% no 4T25, avanço de 0,6 p.p. frente ao 3T25, refletindo a disciplina de capital e os ganhos operacionais do período, assim como o observado nos trimestres anteriores. Essa evolução ocorre a despeito de ainda carregarmos os efeitos do 1T25 na base LTM — que seguem pressionando o indicador — e permanece abaixo da expectativa da administração, que segue com foco na busca pelo incremento do retorno sobre o capital investido. Contribuíram para o desempenho do trimestre a redução do capital alocado, com destaque para a melhora do capital de giro e a geração de caixa, que reduziram em 6,2% o capital empregado em relação encerramento do exercício anterior.

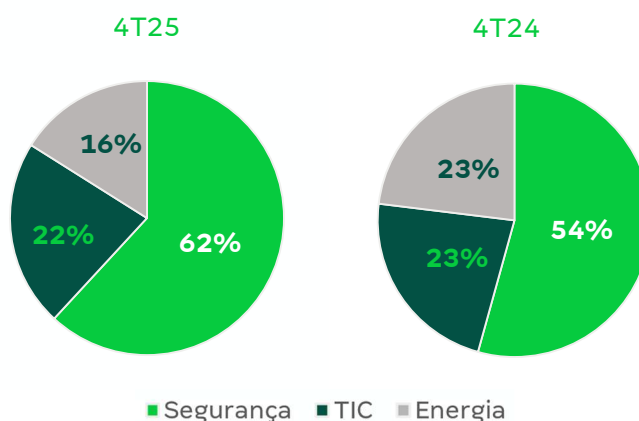
R\$ mil (exceto quando indicado)	4T25	3T25	AH%	4T24	AH%
Lucro operacional antes do resultado financeiro LTM (a)	425.152	430.919		544.317	
Imposto de renda e contribuição social LTM	3.544	30.994		13.577	
NOPAT LTM (b)	428.696	461.913	-7,2%	557.894	-23,2%
(Caixa)/Dívida líquida	(198.849)	(210.996)		35.547	
Patrimônio líquido	3.014.171	3.177.662		2.966.536	
Capital empregado (c)	2.815.322	2.966.666	-5,1%	3.002.083	-6,2%
ROIC Pre-tax (a)/(c)	15,1%	14,5%	+0,6p.p	18,1%	-3,0p.p

NOTA: LTM refere-se à soma dos últimos 12 meses.



Evolução do negócio por segmento de atuação

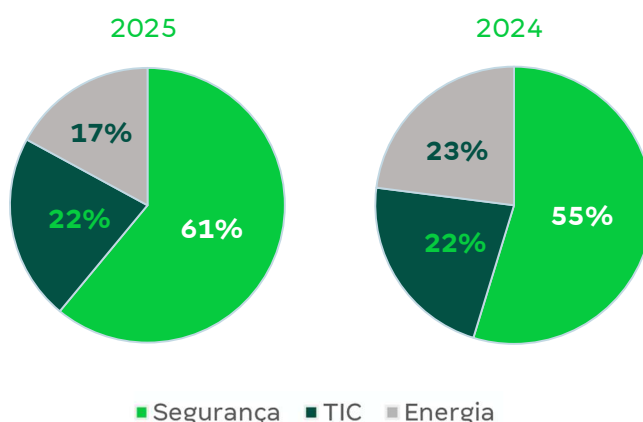
A dinâmica do mercado no quarto trimestre foi bastante semelhante à dinâmica observada no trimestre passado, com um leve crescimento sazonal da receita. A proporção entre os três segmentos, devido à evolução positiva da receita de Segurança também permaneceu próxima à observada no trimestre passado, porém na comparação anual, Segurança permanece ganhando espaço na composição de receita da Companhia.



A tabela abaixo apresenta a evolução das receitas no quarto trimestre, e as informações operacionais estão disponíveis nas sessões dedicadas a cada um dos segmentos a seguir.

R\$ mil (exceto quando indicado)	4T25	4T24	AH%
Intelbras	1.167.975	1.287.676	-9,3%
Segurança	722.777	699.309	3,4%
Tecnologia da Informação e Comunicação	257.615	291.531	-11,6%
Energia	187.583	296.836	-36,8%

Ao considerarmos o exercício social de 2025 completo, nosso negócio de segurança se manteve crescendo e ocupando maior relevância na receita da Companhia, ao passo que com a queda mais expressiva de receita, o segmento de Energia cedeu espaço na composição das receitas operacionais totais. Os gráficos abaixo, ilustram a evolução das receitas por segmento:



Assim como observado no trimestre anterior, a queda de receita nos negócios de TIC e de Energia em relação ao ano anterior alterou a composição das receitas da companhia e levou a Companhia a uma queda em sua receita anual de 6,2%. Com a conclusão do exercício social de 2025, a evolução da receita operacional líquida anual, por segmento, está apresentada na tabela abaixo:

R\$ mil (exceto quando indicado)	2025	2024	AH%
Intelbras	4.460.379	4.756.146	-6,2%
Segurança	2.730.300	2.602.713	4,9%
Tecnologia da Informação e Comunicação	977.190	1.062.207	-8,0%
Energia	752.889	1.091.226	-31,0%

Segurança

Assim como observado durante o terceiro trimestre, o segmento de Segurança reportou um crescimento de receita ainda impactado pela evolução da macroeconomia. Algumas reduções de preços, em categorias de produtos específicas, com maior tendência à elasticidade dos preços foram realizadas, e gerou uma leve melhora no *sell-out* na ponta, tanto em nossos canais de distribuição como nas cadeias de varejo que comercializam o portfólio de casa inteligente.

O cenário competitivo se mantém estável quando comparado ao terceiro trimestre, e a posição de liderança da Companhia no setor segue inalterada. As avenidas de crescimento destacadas ao longo dos últimos períodos propiciam oportunidades importantes de ganho de espaço em mercados ainda sendo desenvolvidos, como o residencial e em mercados mais maduros, onde nossa participação de mercado ainda é menos expressiva, nos projetos corporativos.

Do ponto de vista da margem bruta, o segmento apresentou estabilidade, com custos e preços variando dentro da normalidade.

Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)

Nosso segmento de negócios de TIC vem mantendo sua estratégia de priorização de melhor rentabilidade, o que resulta em uma menor receita operacional na comparação com o mesmo período do ano anterior. O crescimento de 3,5% em relação ao terceiro trimestre está associado à execução e entrega de projetos previamente contratados, mesmo em um contexto de maior controle de preços e crédito na linha GPON, reforçando a estratégia de priorização de rentabilidade.

Com relação aos demais negócios do segmento, a medida *antidumping* para cabos de fibra tomada pela Camex, em dezembro, contribui para um cenário mais positivo para a indústria nacional de cabos. O segmento mantém seu portfólio de cabeamento estruturado produzido nacionalmente, ganhando eficiência industrial representatividade na receita operacional. Já o portfólio de redes empresariais se mantém crescendo ao longo do ano, e executa sua estratégia de ampliação de portfólio e captação de novos integradores.

Do ponto de vista da margem, assim como em Segurança as oscilações de preços e custos estiveram dentro da normalidade, de forma a margem bruta se mantém dentro do previsto.

Energia

O quarto trimestre ainda apresenta uma queda relevante de receita em relação ao mesmo período do ano anterior devido à redução na comercialização de projetos de mini-usinas de geração distribuída e de uma menor penetração no mercado de microgeradores de telhados. Essas reduções decorrem da estratégia de priorizar rentabilidade e melhores níveis de retorno sob o capital investido, conforme decisão tomada no início do exercício, que vem se mostrando assertiva nessa busca.

Observamos, nas linhas de nobreaks, baterias e carregadores veiculares, uma evolução aderente ao plano desenhado para o ano, com comercialização de volumes importantes ao longo do quarto trimestre. Dessa forma, o crescimento sequencial de receita operacional líquida, comparado ao terceiro trimestre, representa uma evolução acima da sazonalidade prevista.

A margem bruta do segmento reflete os ganhos dessa busca por maior rentabilidade e uma composição da receita com menor participação de negócios com menores margens. No segmento de Energia, assim como nos demais segmentos, os custos e os preços estão dentro da normalidade.



Posição de caixa e dívidas

A geração de caixa operacional se manteve sólida, refletindo os esforços para a normalização do capital de giro ao longo do trimestre. O caixa ao fim do período permaneceu robusto e acima do observado no 4T24. As atividades de investimento seguiram contidas, em linha com o planejamento do exercício. Nas atividades de financiamento, houve saída líquida, impactada pela distribuição de R\$ 300 milhões em dividendos em dezembro, além de amortizações de dívidas.

R\$ mil (exceto quando indicado)	4T25	3T25	AH R\$	4T24	AH R\$
Caixa início trimestre	1.239.723	825.649	414.074	1.133.638	106.085
Atividade operacional	348.226	480.263	(132.037)	(117.956)	466.182
Atividade investimento	(16.232)	(25.644)	9.412	(64.662)	48.430
Atividade financiamento	(500.943)	(40.545)	(460.398)	(63.051)	(437.892)
Caixa final trimestre	1.070.774	1.239.723	(168.949)	887.969	182.805

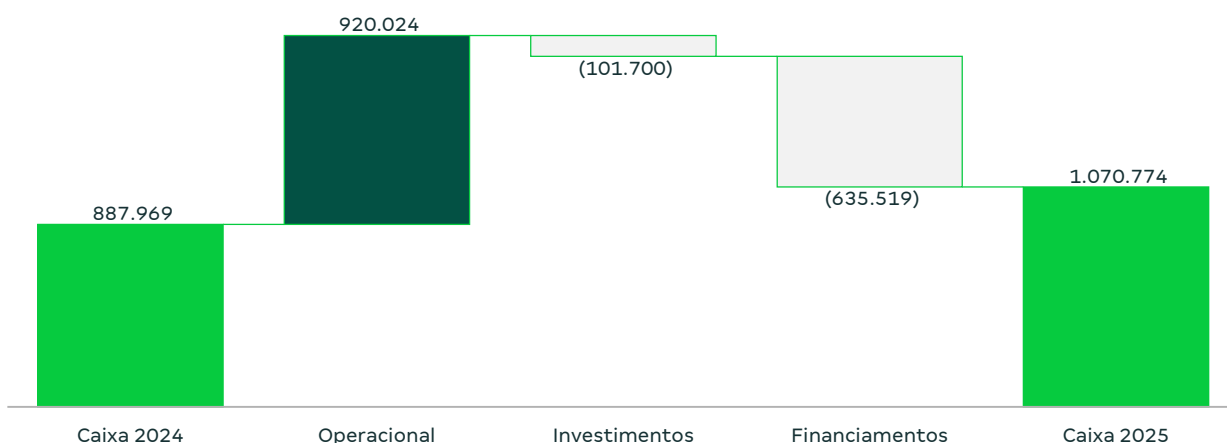
Em 2025, a geração de caixa operacional foi robusta, sustentada pela melhora do capital de giro ao longo do ano. O realinhamento de estoques a patamares mais aderentes à operação também contribuiu para esse desempenho, favorecendo a retomada das compras no segundo semestre.

Encerramos o exercício com caixa em nível superior ao de 2024, refletindo a disciplina na gestão de capital. Os investimentos foram 54,4% inferiores ao ano anterior, e foram executados conforme o planejamento para o período, reforçando a eficiência do uso de recursos.

R\$ mil (exceto quando indicado)	2025	2024	AH R\$
Caixa início período	887.969	1.303.169	(415.200)
Atividade operacional	920.024	105.173	814.851
Atividade investimento	(101.700)	(223.207)	121.507
Atividade financiamento	(635.519)	(297.166)	(338.353)
Caixa final período	1.070.774	887.969	182.805

O gráfico a seguir ilustra a evolução do caixa no período, e reflete a relevante melhora no capital de giro da companhia:

Evolução do Fluxo de Caixa



Encerramos o trimestre com dívida bruta menor que no 3T25 e permanecemos em posição de caixa líquido, preservando o perfil concentrado em debêntures e linhas de fomento (BNDES e FINEP), com predominância do longo prazo. Os detalhes podem ser observados na tabela a seguir:

Instituição	31/12/2025		30/09/2025		31/12/2024
	Principal + Encargos	Movimentação	Principal + Encargos	Movimentação	Principal + Encargos
BNDES	323.452	(614)	324.066	73.524	250.542
FINEP	117.099	(7.707)	124.806	(22.953)	147.759
Debêntures	410.699	(69.628)	480.327	(29.575)	509.902
Bancos e Cooperativas de Crédito	20.675	(78.853)	99.528	84.215	15.313
Total Empréstimos	871.925	(156.802)	1.028.727	105.211	923.516

* **NOTA:** valores da tabela em R\$ mil

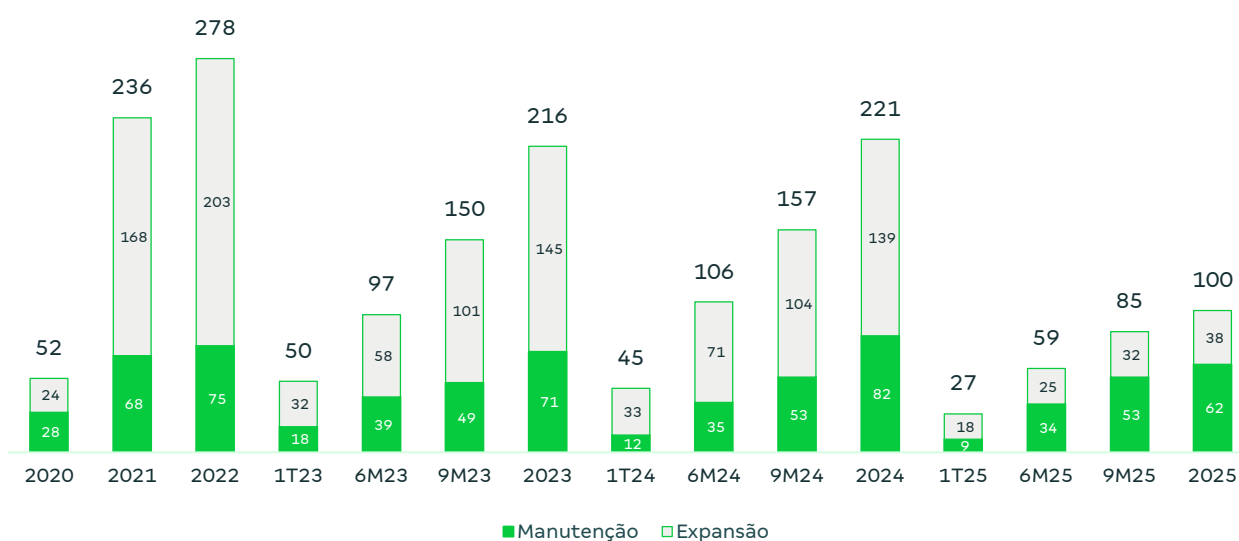




CAPEX

Os investimentos em CAPEX realizados ao longo do quarto trimestre seguiram o planejamento estabelecido para o exercício, mantendo-se alinhados às diretrizes estratégicas e às perspectivas da Companhia para o período, conforme apresentado a seguir:

Evolução CAPEX (Em milhões de R\$)



Perspectivas

Conforme prática da Companhia, os planos quinquenais de expansão são revisados anualmente. Em 2025, essa revisão contou com o apoio de uma consultoria especializada, reforçando a disciplina e a profundidade do processo. O plano parte de premissas conservadoras para o mercado, com crescimento levemente acima da inflação no período, e orienta as prioridades para reconduzir a Intelbras a um crescimento real de receita, com ganho de participação nos negócios em que já atua.

A Companhia tem clareza sobre sua posição competitiva, bem como sobre gargalos e oportunidades observados a partir da experiência do cliente e de sua jornada de compra. Nesse contexto, estão em evolução os Programas de Relacionamento, com o objetivo de (i) ampliar conexão com a ponta, (ii) aumentar previsibilidade comercial e (iii) fortalecer a presença nos canais. Em paralelo, avança a preparação do ecossistema para a entrega de soluções integradas "da sua casa ao seu negócio", apoiadas por uma base crescente de software e aplicativos que sustentam a integração do portfólio e ampliam a proposta de valor para diferentes perfis de clientes.

O ano que se inicia tende a permanecer desafiador do ponto de vista de receita, ainda refletindo o ambiente macroeconômico e os efeitos de curto prazo dos ajustes e decisões tomadas em linhas específicas do portfólio. Ao mesmo tempo, a expectativa é de que ao longo do primeiro semestre, grande parte desses ajustes esteja concluída, permitindo que os ganhos de eficiência e a maior disciplina de execução se traduzam em melhor desempenho operacional e em evolução do retorno sobre o capital investido.



Com o portfólio e as estratégias de atuação redefinidos, o capital de giro segue em trajetória de melhora. Ainda existe espaço para ganhos adicionais na eficiência de estoques, e a Companhia manterá o foco nessa agenda ao longo do exercício, contribuindo para a continuidade de uma geração consistente de caixa livre.

O ano de 2025 foi marcado por decisões conscientes e necessárias. Em 2026, a Companhia ainda observará alguns efeitos de curto prazo dessas escolhas, mas avança na consolidação de uma retomada gradual da trajetória de crescimento com mais disciplina, mais foco e ambição de fortalecer sua relevância e liderança nos negócios em que atua.



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas e aos Administradores da
Intelbras S.A. - Indústria de Telecomunicação Eletrônica Brasileira

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Intelbras S.A. - Indústria de Telecomunicação Eletrônica Brasileira ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Intelbras S.A. - Indústria de Telecomunicação Eletrônica Brasileira em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais ("IFRS Accounting Standards"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria ("PAA") são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited ("DTTL"), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a "organização Deloitte"). A DTTL (também chamada de "Deloitte Global") e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular mutuamente em relação a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte oferece serviços profissionais de ponta para quase 90% das empresas listadas na Fortune Global 500® e milhares de outras organizações. Nossas pessoas entregam resultados mensuráveis e duradouros que ajudam a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir que os clientes se transformem e prosperem. Com seus 180 anos de história, a Deloitte está hoje em mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 460 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo geram um impacto que importa em www.deloitte.com.

*Realização de impostos diferidos ativos*Porque é um PAA

Conforme descrito nas notas explicativas nº 4.3 e nº 24 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia apresenta saldos materiais de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos ativos decorrentes de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias. Diante desse cenário se torna necessária a preparação por parte da Companhia de projeções de lucros tributáveis futuros que sustentem o registro desses ativos diferidos.

Esse tema foi considerado um principal assunto em nossa auditoria pois: (i) os impostos diferidos ativos sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são materiais para a auditoria; (ii) a estimativa de resultados tributáveis futuros necessários para realização dos impostos diferidos ativos é complexa e envolve subjetividade em relação as premissas utilizadas e trata-se de um julgamento relevante da Diretoria; (iii) alterações nas premissas adotadas poderiam ter impactos relevantes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e no valor dos impostos diferidos ativos; e (iv) o assunto gerou extensão de procedimentos de auditoria e interações com a Diretoria da Companhia para avaliação do tema.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) recálculo dos impostos diferidos; (ii) avaliação da razoabilidade da metodologia, das premissas relevantes utilizadas pela Companhia na preparação da projeção de lucros tributáveis futuros e consistência com as informações do mercado e/ou dados históricos e se são condizentes com o orçamento aprovado pelos órgãos de governança da Companhia, analisando também a intenção e capacidade da Diretoria em executar o plano, bem como a consideração dos efeitos futuros esperados oriundos da Reforma Tributária; e (iii) avaliação das divulgações requeridas para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Com base em nossos procedimentos anteriormente descritos e as evidências de auditoria obtidas entendemos que os critérios de reconhecimento contábil dos impostos diferidos ativos e as respectivas divulgações nas notas explicativas são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Reconhecimento de verbas comerciais redutoras das receitas (“rebates”)

Porque é um PAA

Conforme descrito nas notas explicativas nº 3.12, nº 4.6 e nº 26 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia apresenta saldos relevantes de verbas comerciais relacionadas a programas de descontos e incentivos a vendas, pelos quais oferece abatimentos por volume de vendas aos seus clientes mediante o atingimento de determinadas metas comerciais pré-definidas. Os descontos são apresentados como deduções das vendas, quando associados ao preço da transação. A Companhia efetua cálculos ou mensurações dos valores de descontos com base em critérios nos contratos, acordos e dados históricos para estimar o valor de ajuste das suas receitas.

Esse tema foi considerado um principal assunto em nossa auditoria pois: (i) os valores registrados são considerados materiais para a auditoria; (ii) há uma quantidade relevante de programas de descontos os quais são calculados através de planilhas eletrônicas e envolvem alto grau de complexidade; (iii) alterações nas premissas adotadas ou erros nos cálculos executados nas planilhas eletrônicas poderiam ter impactos relevantes nos valores envolvidos, e consequentemente, nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas; e (iv) o assunto gerou extensão de procedimentos de auditoria e frequentes interações com a Diretoria da Companhia para avaliação do tema.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) a avaliação do desenho e da implementação dos controles internos relevantes determinados pela Diretoria; (ii) obtenção do entendimento dos programas de incentivos à vendas em vigência no exercício; (iii) recálculo por amostragem de valores de incentivos à vendas concedidos aos clientes e teste da documentação suporte que inclui contratos, comprovantes de pagamentos ou de compensações para avaliação da acuracidade dos cálculos realizados pela Companhia; (iv) avaliação das divulgações requeridas para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Com base em nossos procedimentos anteriormente descritos e as evidências de auditoria obtidas entendemos que os critérios de reconhecimento contábil dos programas de descontos e incentivos às vendas e as respectivas divulgações nas notas explicativas são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (“DVA”), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de “IFRS Accounting Standards”, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais "IFRS Accounting Standards", emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas.

Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes de independência, bem como comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Curitiba, 24 de fevereiro de 2026


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 “F” PR


Otávio Ramos Pereira
Contador
CRC nº 1 RS 057770/O-2



		Consolidado		Controladora	
	Nota	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativo					
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.070.774	887.969	1.032.260	698.114
Títulos e valores mobiliários	6	13.086	140	12.384	-
Contas a receber de clientes	7	1.149.218	1.213.341	1.111.866	1.214.722
Estoques	8	1.473.938	1.772.722	1.411.314	1.575.981
Tributos a recuperar	9	142.068	133.012	133.359	97.221
Instrumentos financeiros derivativos	25.2	2.995	28.815	3.952	23.845
Outros créditos		14.228	40.784	14.476	35.853
Total do ativo circulante		3.866.307	4.076.783	3.719.611	3.645.736
Ativo não circulante					
Títulos e valores mobiliários	6	-	10.833	-	10.833
Contas a receber de clientes	7	20.267	35.576	20.223	34.041
Depósitos judiciais	17.c	3.305	5.120	3.107	4.907
Tributos diferidos	24	102.948	83.447	101.765	51.319
Tributos a recuperar	9	54.934	62.794	54.612	8.999
Outros créditos		1.075	783	4.677	101
Investimentos	11	7.400	5.849	193.997	680.279
Direito de uso de arrendamento	10	16.118	17.293	10.661	11.771
Imobilizado	12	681.804	686.234	648.087	648.907
Intangível	13	571.524	584.809	465.479	185.585
Total do ativo não circulante		1.459.375	1.492.738	1.502.608	1.636.742
Total do ativo		5.325.682	5.569.521	5.222.219	5.282.478





		Consolidado		Controladora	
	Nota	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Passivo					
Passivo circulante					
Fornecedores	14.a	780.958	879.200	759.530	741.888
Fornecedores risco sacado	14.b	267.944	340.406	261.014	327.025
Financiamentos e empréstimos	15	251.163	211.119	235.880	202.663
Arrendamento mercantil	10	9.913	6.981	7.667	5.101
Salários, encargos e participações a pagar	16	109.342	121.788	99.324	109.937
Tributos a recolher		38.873	43.915	31.821	33.461
Provisão para garantias	18	20.658	45.042	20.418	24.198
Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	17.a	1.913	1.767	1.913	1.677
Obrigações por aquisição de empresa	19	13.254	979	13.254	979
Juros sobre capital próprio/dividendos	21.g	-	29.505	-	29.505
Outras contas a pagar	20	104.722	115.669	98.931	98.086
Total do passivo circulante		1.598.740	1.796.371	1.529.752	1.574.520
Passivo não circulante					
Financiamentos e empréstimos	15	620.762	712.397	615.370	705.540
Arrendamento mercantil	10	7.389	11.233	3.858	7.160
Tributos a recolher		2.507	1.486	2.507	342
Provisão para garantias	18	38.834	23.050	38.834	-
Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	17.a	18.471	18.929	17.017	13.493
Obrigações por aquisição de empresa	19	11.036	25.117	11.036	25.117
Outras contas a pagar	20	13.772	14.402	12.345	14.397
Total do passivo não circulante		712.771	806.614	700.967	766.049
Patrimônio líquido					
Capital social	21.a	2.000.000	1.700.000	2.000.000	1.700.000
Gastos com emissão de ações	21.b	(26.701)	(26.701)	(26.701)	(26.701)
Ações em tesouraria	21.d	(4.430)	(733)	(4.430)	(733)
Reserva de lucros	21.c	1.020.730	1.267.578	1.020.730	1.267.578
Ajustes de avaliação patrimonial	21.e	(1.220)	(1.125)	(1.220)	(1.125)
Ajustes acumulados de conversão	21.f	3.121	2.890	3.121	2.890
Patrimônio líquido atribuível aos controladores		2.991.500	2.941.909	2.991.500	2.941.909
Participação de não controladores		22.671	24.627	-	-
Total do patrimônio líquido		3.014.171	2.966.536	2.991.500	2.941.909
Total do passivo e patrimônio líquido		5.325.682	5.569.521	5.222.219	5.282.478



Intelbras S.A. – Indústria de Telecomunicação Eletrônica Brasileira

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

intelbras

	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional líquida	26	4.460.379	4.756.146	4.109.559	4.462.988
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	27	(3.117.798)	(3.293.517)	(2.930.208)	(3.147.351)
Lucro bruto		1.342.581	1.462.629	1.179.351	1.315.637
Receitas (despesas) operacionais					
Com vendas	28	(603.887)	(644.734)	(546.811)	(577.892)
Administrativas e gerais	28	(257.488)	(259.342)	(209.343)	(208.946)
Equivalência patrimonial	11	-	-	22.658	(1.019)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	28	(56.054)	(14.236)	(28.909)	12.399
		(917.429)	(918.312)	(762.405)	(775.458)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		425.152	544.317	416.946	540.179
Receitas financeiras	29	242.774	202.645	215.317	196.778
Despesas financeiras	29	(156.681)	(166.959)	(146.741)	(158.326)
Variação cambial líquida	29	(31.056)	(65.168)	(32.278)	(55.957)
Resultado antes dos impostos		480.189	514.835	453.244	522.674
Imposto de renda e contribuição social – correntes	24.b	(15.856)	(3.377)	-	-
Imposto de renda e contribuição social – diferidos	24.b	19.400	16.954	29.528	6.260
Lucro líquido do exercício		483.733	528.412	482.772	528.934
Lucro líquido do exercício atribuído para:					
Participação controladores		482.772	528.934	482.772	528.934
Participação de não controladores		961	(522)	-	-
Lucro líquido do exercício		483.733	528.412	482.772	528.934
Lucro líquido por ação – Básico e diluído (em R\$)	22	1,48	1,61	1,47	1,61



**Intelbras S.A. – Indústria de Telecomunicação Eletrônica Brasileira**Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

intelbras

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	483.733	528.412	482.772	528.934
Itens que poderão ser reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado				
Outros resultados abrangentes				
Variação cambial sobre investimentos no exterior	318	2.985	231	2.202
Resultado abrangente total	484.051	531.397	483.003	531.136
Resultado abrangente atribuído para:				
Participação controladores	483.003	531.136	483.003	531.136
Participação de não controladores	1.048	261	-	-





Nota	Capital social	Gastos com emissão de ações	Ações em tesouraria	Reserva de lucros			Ajuste de avaliação patrimonial	Ajustes acumulados de conversão	Lucros acumulados	Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores	Participação dos acionistas não controladores	Total
				Legal	Incentivos fiscais	Investimentos						
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.700.000	(26.701)	-	132.630	3.099	792.077	(969)	688	-	2.600.824	22.698	2.623.522
Realização do custo atribuído, líquido dos efeitos tributários	-	-	-	-	-	-	(156)	-	156	-	-	-
Adição de minoritário em função de combinação de negócios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.216	2.216
Variação cambial sobre investimento em controladas no exterior	-	-	-	-	-	-	-	2.202	-	2.202	783	2.985
Dividendos adicionais	-	-	-	-	-	(58.558)	-	-	-	(58.558)	-	(58.558)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(40.357)	-	-	-	(40.357)	-	(40.357)
Dividendos não-controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(548)	(548)
Recompra de ações	21.d	-	(733)	-	-	-	-	-	-	(733)	-	(733)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	528.934	528.934	(522)	528.412
Destinações												
Reserva legal	-	-	-	26.447	-	-	-	-	(26.447)	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	-	-	(90.403)	(90.403)	-	(90.403)
Reserva de investimentos	-	-	-	-	-	412.240	-	-	(412.240)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.700.000	(26.701)	(733)	159.077	3.099	1.105.402	(1.125)	2.890	-	2.941.909	24.627	2.966.536
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.700.000	(26.701)	(733)	159.077	3.099	1.105.402	(1.125)	2.890	-	2.941.909	24.627	2.966.536
Realização do custo atribuído, líquido dos efeitos tributários	-	-	-	-	-	-	(95)	-	95	-	-	-
Variação cambial sobre investimento em controladas no exterior	11.1	-	-	-	-	-	-	231	-	231	87	318
Dividendos não-controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.004)	(3.004)
Aumento do capital social	300.000	-	-	-	-	(300.000)	-	-	-	-	-	-
Recompra de ações	21.d	-	(3.697)	-	-	-	-	-	-	(3.697)	-	(3.697)
Dividendos adicionais	21.g	-	-	-	-	(315.056)	-	-	-	(315.056)	-	(315.056)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	482.772	482.772	961	483.733
Destinações												
Reserva legal	21.c	-	-	-	24.138	-	-	-	(24.138)	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	21.g	-	-	-	-	-	-	-	(114.659)	(114.659)	-	(114.659)
Reserva de investimentos	21.c	-	-	-	-	344.070	-	-	(344.070)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	2.000.000	(26.701)	(4.430)	183.215	3.099	834.416	(1.220)	3.121	-	2.991.500	22.671	3.014.171



Intelbras S.A. – Indústria de Telecomunicação Eletrônica Brasileira

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

intelbras

	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro antes dos impostos		480.189	514.835	453.244	522.674
Ajustes por:					
Juros provisionados e variação cambial		37.424	244.800	46.688	219.979
Depreciação	10;12	67.744	55.932	61.537	48.727
Amortização	13	48.881	41.902	31.522	24.476
Resultado de equivalência patrimonial	11	-	-	(22.658)	1.019
Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	17.a	3.028	3.522	2.412	3.321
Provisão para perda de crédito esperada	7	28.802	7.093	27.926	6.206
Provisão para perdas com estoques	8	54.009	32.413	53.119	32.439
Créditos tributários	28	(129.099)	(134.214)	(127.689)	(132.633)
Ajuste a valor presente		(15.082)	4.971	(13.749)	4.631
Provisão descontos comerciais		3.843	(351)	4.214	(558)
Provisão para garantias	18	(8.600)	8.180	(4.443)	4.955
Instrumentos financeiros derivativos		33.323	(34.869)	27.372	(29.330)
Resultado na baixa de arrendamentos, imobilizado e intangível	10;12;13	6.461	11.722	5.208	10.020
		610.923	755.936	544.703	715.926
Variações nos ativos e passivos					
(Aumento) redução em contas a receber de clientes		45.054	(286.622)	148.178	(339.289)
(Aumento) redução em estoques		258.488	(632.913)	116.153	(564.320)
(Aumento) redução em tributos a recuperar		135.015	93.656	113.156	115.304
(Aumento) redução em depósitos judiciais		1.815	634	1.800	639
(Aumento) redução em outros ativos		25.703	2.205	17.208	823
Aumento (redução) em fornecedores		(107.406)	182.262	(47.721)	138.080
Aumento (redução) em salários, encargos e participação a pagar		(12.446)	9.340	(10.613)	8.352
Aumento (redução) em tributos a recolher		(6.340)	14.877	(7.278)	9.303
Aumento (redução) em outras contas a pagar		(17.245)	(26.411)	(6.957)	(23.942)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(13.537)	(7.791)	(350)	(4.075)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		920.024	105.173	868.279	56.801
Fluxos de caixa das atividades de investimentos					
Aquisições de bens dos ativos imobilizados	12;33	(63.885)	(136.587)	(61.966)	(128.067)
Aquisições de bens dos ativos intangíveis	13	(36.264)	(84.510)	(35.054)	(76.776)
Aumento de capital em investida	11;33	-	-	-	(143.990)
Caixa líquido recebido por efeito da incorporação	1.2	-	-	185.663	-
Dividendos recebidos	11	-	-	13.210	10.246
Aquisições de outros investimentos	11	(1.551)	(2.110)	(1.530)	(2.081)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(101.700)	(223.207)	100.323	(340.668)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos					
Empréstimos tomados (líquido dos custos de transação)	15	224.618	131.609	204.747	94.792
Empréstimos pagos (principal)	15	(290.149)	(131.320)	(274.637)	(75.754)
Empréstimos pagos (juros)	15	(86.492)	(78.625)	(84.203)	(75.895)
Empréstimos pagos (derivativos)	25.2	(9.772)	-	(9.772)	-
Pagamento de arrendamento (principal)	10	(7.661)	(6.895)	(5.701)	(5.511)
Pagamento de arrendamento (encargos financeiros)	10	(1.441)	(1.543)	(1.131)	(774)
Pagamento por aquisição de empresas (principal)	19	(842)	(8.267)	(842)	(8.267)
Pagamento por aquisição de empresas (juros)	19	-	(466)	-	(466)
Programa recompra de ações	21.d	(3.697)	(733)	(3.697)	(733)
Pagamento de dividendos não-controladores		(863)	(548)	-	-
Dividendos pagos	21.g	(459.220)	(119.456)	(459.220)	(119.456)
Juros sobre o capital próprio pagos	21.g	-	(80.922)	-	(80.922)
Caixa aplicado nas atividades de financiamentos		(635.519)	(297.166)	(634.456)	(272.986)
Aumento (Redução) líquida no saldo de caixa e equivalentes de caixa		182.805	(415.200)	334.146	(556.853)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5	887.969	1.303.169	698.114	1.254.967
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	5	1.070.774	887.969	1.032.260	698.114



Intelbras S.A. – Indústria de Telecomunicação Eletrônica Brasileira
Demonstrações dos valores adicionados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

intelbras

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receitas	5.264.318	5.665.165	4.893.506	5.361.971
Vendas de mercadorias, produtos e serviços líquido de devoluções	5.249.529	5.600.622	4.880.745	5.300.131
Receitas relativas à construção de ativos próprios	-	37.120	-	37.120
Outras receitas	43.591	34.516	40.687	30.926
Provisão para perda de crédito esperada	(28.802)	(7.093)	(27.926)	(6.206)
Insumos adquiridos de terceiros	(3.627.085)	(4.234.113)	(3.325.520)	(3.945.711)
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(2.680.270)	(3.238.503)	(2.508.690)	(3.090.959)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(945.555)	(993.799)	(815.570)	(852.941)
Perda / recuperação de valores ativos	(1.260)	(1.811)	(1.260)	(1.811)
Valor adicionado bruto	1.637.233	1.431.052	1.567.986	1.416.260
Depreciação e amortização	(116.625)	(97.834)	(93.059)	(73.203)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	1.520.608	1.333.218	1.474.927	1.343.057
Valor adicionado recebido em transferência	393.149	490.207	368.990	461.065
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	22.658	(1.019)
Receitas financeiras, variações cambiais positivas	393.149	490.207	346.332	462.084
Valor adicionado total a distribuir	1.913.757	1.823.425	1.843.917	1.804.122
Distribuição do valor adicionado	1.913.757	1.823.425	1.843.917	1.804.122
Pessoal	586.425	581.272	569.217	563.764
Remuneração direta	464.796	467.859	450.094	452.705
Benefícios	92.135	85.312	90.514	83.859
FGTS	29.494	28.101	28.609	27.200
Impostos, taxas e contribuições	501.463	189.880	478.349	228.114
Federais	259.987	71.318	233.170	93.240
Estaduais	238.351	114.070	243.666	131.920
Municipais	3.125	4.492	1.513	2.954
Remuneração de capitais de terceiros	342.136	523.861	313.579	483.310
Juros e variações cambiais negativas	338.112	518.310	310.034	478.213
Aluguéis	4.024	5.551	3.545	5.097
Remuneração de capitais próprios	483.733	528.412	482.772	528.934
Juros sobre o capital próprio e lucros distribuídos	114.659	90.403	114.659	90.403
Lucros retidos no exercício	369.074	438.009	368.113	438.531



1. Contexto operacional

A Intelbras S.A. – Indústria de Telecomunicação Eletrônica Brasileira (a “Companhia” ou “Intelbras”) é uma sociedade anônima de capital aberto, constituída em 22 de março de 1976, com sede na cidade de São José (SC). Possui filial no próprio município de São José (SC) e nos municípios de Tubarão (SC), Santa Rita do Sapucaí (MG), Manaus (AM) e Jaboatão dos Guararapes (PE). Possui também empresas controladas no Brasil nos municípios de Florianópolis (SC) e São José (SC) e no exterior na China, Colômbia e Uruguai.

A Companhia possui como atividades preponderantes a fabricação, desenvolvimento e comércio de (i) equipamentos de segurança eletrônica e serviços para vigilância e monitoramento eletrônico; (ii) equipamentos, serviços e terminais de consumo para comunicação de voz e/ou dados e meios para comunicação de voz e/ou dados de uso profissional, equipamentos de redes, meios e soluções para a infraestrutura de comunicação de dados; e (iii) produtos de energia e energia solar.

A Companhia está listada no segmento do Novo Mercado da B3 desde fevereiro de 2021 e tem suas ações negociadas sob o código “INTB3”.

A aprovação e autorização para emissão destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ocorreu na reunião do Conselho de Administração realizada em 24 de fevereiro de 2026.

1.1 Aunady S.A.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, por meio da constituição da empresa Aunady S.A., a Companhia iniciou operações no Uruguai com objetivo de fortalecer a presença no país. A controlada intermedia as vendas realizadas pela Companhia ao Uruguai e proporciona maior suporte aos distribuidores e revendas locais.

1.2 Incorporação Renovigi Energia Solar Ltda

No dia 30 de dezembro de 2025, por meio de Assembleia Geral Extraordinária (AGE), os acionistas da Companhia aprovaram sem ressalvas a incorporação da controlada Renovigi Energia Solar Ltda (“Renovigi”) pela Companhia. Considerando que a Companhia detinha 100% das ações representativas do capital social da controlada, não houve aumento de capital ou emissão de novas ações da Companhia.

A Incorporação faz parte do processo de reestruturação das operações da Renovigi, com a especial finalidade de aproveitar sinergias e reduzir custos administrativos e operacionais. Como consequência da incorporação, a controlada foi extinta, sendo sucedidos todos os seus bens, direitos e obrigações pela Companhia, em conformidade com os termos do artigo 227 da Lei 6.404/76.

Antes da incorporação, a Controlada realizou a baixa no montante de R\$ 45.973 mil relacionado ao imposto de renda e contribuição social diferidos sobre os prejuízos fiscais e as bases negativas de contribuição social, considerando que de acordo com a legislação fiscal vigente tais valores não podem ser utilizados pela entidade incorporadora.

Além disso, por conta da incorporação, a Companhia realizou as reclassificações dos respectivos montantes registrados na rubrica de Investimentos na Controladora relacionados à Renovigi, conforme demonstrado nas movimentações da nota explicativa nº 11.

Por fim, a Companhia realizou a baixa do passivo fiscal diferido registrado sobre o saldo não amortizado das mais valias no montante de R\$ 33.230, devido à dedutibilidade destes valores quando de sua amortização após a incorporação. O reconhecimento desta baixa foi realizado em contrapartida a rubrica de “Equivalência patrimonial” no resultado da Controladora e “Imposto de renda e contribuição social - diferidos” no Consolidado.





Abaixo segue demonstrativo dos saldos contábeis incorporados em 30 de dezembro de 2025 pela Companhia:

	30/12/2025
Caixa e equivalentes de caixa	185.663
Contas a receber de clientes	65.603
Tributos a recuperar	60.106
Despesas antecipadas	406
Tributos diferidos	17.173
Investimentos	176
ATIVO	329.127
Fornecedores	35.956
Fornecedores risco sacado	12.919
Tributos a recolher	8.153
Provisão para garantias	39.497
Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	557
Outras contas a pagar	2.503
PASSIVO	99.585
Ativos e passivos líquidos	229.542

2. Base de elaboração e apresentação das Demonstrações Financeiras

2.1. Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), que compreendem a legislação societária e as normas internacionais de contabilidade ("IFRS") emitidas *pelo International Accounting Standards Board* ("IASB"), implementadas no Brasil por meio do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e suas interpretações técnicas ("ICPC") e orientações ("OCPC"), aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

As demonstrações financeiras anuais foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto pela avaliação a valor justo de certos instrumentos financeiros, quando requerido pela norma.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas no curso normal das operações e no pressuposto da continuidade dos negócios da Companhia. A Administração realiza uma avaliação sobre sua capacidade de continuar operando ao preparar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

O CPC 03 (R2).34 permite que os juros pagos sejam demonstrados como atividades operacionais ou financeiras. A Companhia classifica os juros pagos e os juros, os dividendos e os juros sobre o capital próprio recebidos, respectivamente, como fluxos de caixa de financiamento e fluxos de caixa de investimento, porque são custos de obtenção de recursos financeiros ou retornos sobre investimentos.

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é apresentada de forma suplementar conforme requerido pelas normas da CVM, não sendo uma demonstração prevista e obrigatória nas IFRS. Possui por finalidade a evidência da riqueza criada pela Companhia durante o exercício, bem como demonstrar sua distribuição entre os diversos agentes

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.





Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia, exceto quando indicado de outra forma. Todas as informações apresentadas em milhares de reais foram arredondadas para o valor mais próximo.

As demonstrações financeiras de cada controlada incluída na consolidação são preparadas usando-se a moeda funcional de cada investida. Ao definir a moeda funcional de cada uma de suas investidas, a Administração considerou qual a moeda que influencia significativamente o preço de vendas dos bens e serviços prestados e a moeda na qual a maior parte do custo dos bens e de suas prestações de serviços é paga ou incorrida.

2.2. Base de consolidação

As demonstrações financeiras anuais consolidadas incluem a Companhia e suas controladas, conforme relacionadas a seguir:

Denominação	Atividade principal	País	% Participação		Participação
			31/12/2025	31/12/2024	
Ascent Asia Limited	Consultoria comercial e gestão empresarial	China	100%	100%	Direta
Ascend Trading & Consultation (Shenzhen) Company Limited. (i)	Prestação de serviços de consultoria de comércio e logística	China	100%	100%	Indireta
Décio Indústria Metalúrgica Ltda	Fabricação de estruturas para servidores	Brasil	100%	100%	Direta
Seventh Ltda	Soluções voltadas à videomonitoramento, controle de acesso, portaria remota e gerenciamento de eventos	Brasil	100%	100%	Direta
Khomp Indústria e Comércio Ltda	Desenvolvimento de produtos eletroeletrônicos de telecomunicação e de informática, e prestação de serviços nas áreas de consultoria	Brasil	75%	75%	Direta
Expectrun Tecnologia da Informação Ltda. (ii)	Desenvolvimento de SaaS por meio de plataformas para aplicações IoT in Box	Brasil	70%	70%	Indireta
Renovigi Energia Solar Ltda (iv)	Fabricação, comercialização e instalação de geradores fotovoltaicos	Brasil	-	100%	Incorporada
Allume Holding S.A.S	Investimentos em empresas Colombianas e Estrangeiras	Colômbia	55%	55%	Direta
Lince Comercial S.A.S (iii)	Distribuidor atacadista de produtos relacionados à segurança eletrônica, automação predial e gerenciamento de energia	Colômbia	100%	100%	Indireta
UXE S.A.S (iii)	Distribuidor de produtos Lince Comercial S.A.S.	Colômbia	100%	100%	Indireta
Modo Seguridad 365 S.A.S (iii)	Comercialização de sistemas e dispositivos de segurança eletrônica	Colômbia	100%	100%	Indireta
Emer-Tech LLC (iii)	Comercialização de produtos e periféricos de informática	Estados Unidos	100%	100%	Indireta
Aunady S.A.	Consultoria comercial	Uruguai	100%	100%	Direta

(i) Investida da Ascent Asia Limited

(ii) Investida da Khomp Indústria e Comércio Ltda, a qual detém 70% desta controlada;

(iii) Investidas da Allume Holding S.A.S, a qual detém 100% destas controladas.

(iv) Em 30 de dezembro de 2025, a controladora realizou a incorporação da Renovigi (nota 1.2).

A Companhia avalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que estão presentes os seguintes elementos de controle: possuir poder em relação à investida; apresentar exposição ou direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e possuir capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos.

Os critérios adotados na consolidação são aqueles previstos pelo pronunciamento técnico CPC 36 / IFRS 10 – Demonstrações Consolidadas, dos quais destacamos os seguintes:

- As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir;





- Todos os saldos relevantes de transações entre empresas do grupo são eliminados;
- Eliminação dos saldos de investimento na proporção de seu respectivo patrimônio;
- Reclassificação das mais-valias conforme a natureza de cada saldo; e
- Os lucros não realizados em transações entre empresas consolidadas foram integralmente eliminados.

A Companhia não possui investimentos em coligadas ou joint ventures.

3. Políticas contábeis materiais

As demonstrações financeiras anuais em 31 de dezembro de 2025 e 2024 aqui apresentadas foram preparadas de forma consistente com as políticas contábeis e métodos de cálculo de estimativas adotados na elaboração das demonstrações financeiras anuais individuais e consolidadas.

3.1 Combinação de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores sobre os ativos líquidos identificados na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável.

Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas unidades.

Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada à terceiros que não estejam sob controle da Companhia, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

3.2 Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não são realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para moeda funcional às taxas médias de câmbio. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados.

Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado. Os ganhos e as perdas decorrentes de variações de investimentos no exterior são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido na conta de ajustes acumulados de conversão.





3.3 Instrumentos financeiros

(i) Ativos Financeiros

Reconhecimento inicial

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento, sendo classificados como (i) custo amortizado, (ii) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e (iii) ao valor justo por meio do resultado ("VJR").

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão desses ativos. Ou seja, como a Companhia gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. Desta forma, o modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos.

Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, quando gera fluxos de caixa que sejam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o saldo de principal em aberto. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado.

Um ativo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo através do resultado, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Para contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento, a mensuração inicial é ao preço da operação.

Mensuração subsequente

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros da Companhia nessa categoria incluem, principalmente, caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e contas a receber de clientes.

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido a Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações ou indicações de que o devedor entrará em processo de falência, ou em recuperação judicial.

Todos os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado significativos são avaliados quanto a perda de valor específico. Aqueles que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto a perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares. Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto as premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no





resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos pela aplicação da taxa de juros efetiva sobre o valor contábil ajustado. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, o montante revertido é reconhecido no resultado até o limite do valor contábil que o ativo apresentaria caso nenhuma perda tivesse sido registrada.

Desreconhecimento

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(ii) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento, sendo classificados como (i) passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado ou (ii) passivos financeiros ao custo amortizado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Mensuração subsequente

Passivos financeiros ao custo amortizado (empréstimos e financiamentos), após o reconhecimento inicial empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa efetiva de juros. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio, ágio ou deságio na aquisição e taxas e custos que são integrantes do método de taxa efetiva. Outros passivos financeiros da Companhia nessa categoria incluem, principalmente, fornecedores e outras contas a pagar com aquisição de empresas.

Desreconhecimento

A companhia desreconhece um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais liquidadas, retiradas ou pagas. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

(iii) Derivativos

A Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos a fim de gerenciar sua exposição às flutuações na taxa de câmbio. As operações contratadas são reconhecidas a valor justo por meio





do resultado, registrando os saldos no ativo e/ou passivo com contrapartida no resultado financeiro, na demonstração do resultado. Detalhes sobre as operações com derivativos estão descritos na nota explicativa nº 25.

3.4 Caixa e equivalente de caixa

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data da aplicação, ou consideradas de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, e são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

3.5 Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no custo médio de aquisição ou produção e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos gastos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal. Já o valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

3.6 Investimentos

O investimento em controlada é avaliado pelo método de equivalência patrimonial. Variações cambiais de investimento no exterior são reconhecidas na conta de ajustes acumulados de conversão no patrimônio líquido.

Os resultados e a posição financeira de todas as entidades, cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação, são convertidos na moeda de apresentação, como segue:

(i) Os ativos e passivos de cada balanço patrimonial apresentado são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço.

(ii) As receitas e despesas de cada demonstração do resultado são convertidas pelas taxas de câmbio médias (a menos que essa média não seja uma aproximação razoável do efeito cumulativo das taxas vigentes nas datas das operações, e, nesse caso, as receitas e despesas são convertidas pela taxa das datas das operações).

(iii) Os demais itens do patrimônio líquido são convertidos pela taxa histórica da transação.

(iv) Todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado no patrimônio líquido, na conta "Ajustes acumulados de conversão".

3.7 Imobilizado

Reconhecimento

O custo de um item de ativo imobilizado deve ser reconhecido como ativo se, e apenas se: (i) for provável que futuros benefícios econômicos associados ao item fluirão para a entidade; e (ii) o custo do item puder ser mensurado confiavelmente.

Mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, formação ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessárias para que esses sejam





capazes de operar de forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Reconhecimento subsequente

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

Desreconhecimento

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas/despesas no resultado.

Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo. O valor residual dos bens baixados usualmente não é relevante e, por essa razão, não é considerado na determinação do valor depreciável. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados. As vidas úteis estimadas para os bens do ativo imobilizado, para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

	Vidas úteis
Edificações	80 anos
Máquinas, equipamentos e instrumentos	5 – 11 anos
Móveis e utensílios	15 anos
Instalações e benfeitorias	10 – 25 anos
Computadores	3 – 5 anos
Outros	3 – 5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

Capitalização de juros

Custos de empréstimos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo e valor significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no exercício em que são incorridos.

3.8 Intangível

(i) Ágio

O ágio resultante da aquisição de controladas é apresentado nas demonstrações financeiras da controladora como parte do investimento e juntamente com os ativos intangíveis nas demonstrações financeiras consolidadas. O ágio é medido pelo custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, se aplicável. Tendo em vista que a vida útil do ágio é indefinida, esses ativos não são amortizados, sendo submetidos ao teste de recuperabilidade (*impairment*) anualmente, ou quando circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

O ágio é alocado a uma Unidade Geradora de Caixa (UGC) para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou.





(ii) Acordo de não competição

Os acordos de não-competição adquiridos em uma combinação de negócios são reconhecidos ao valor justo na data da aquisição. Os acordos de não-competição têm vida útil definida e são contabilizados ao seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante a vida esperada do acordo de não competição, estimada em 5 anos.

(iii) Marcas e patentes

As marcas registradas e patentes são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. As marcas e patentes adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. Posteriormente, as marcas e patentes avaliadas com vida útil definida, são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das marcas registradas e das licenças durante sua vida útil estimada de 8 a 14 anos.

(iv) Projetos em andamento

Os custos com projetos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto dos projetos, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento dos projetos e uma parcela adequada das despesas diretas.

Os custos com desenvolvimento que não atendem aos critérios de capitalização são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesas não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos relacionados ao desenvolvimento de software ou projetos que forem reconhecidos como ativos devem ser amortizados pelo método linear ao longo da vida útil estimada, iniciando-se no momento em que o ativo estiver disponível para uso.

(v) Relacionamento com clientes

As relações contratuais com clientes, adquiridas em uma combinação de negócios, são reconhecidas ao valor justo na data da aquisição. As relações contratuais com clientes têm vida útil finita e são contabilizadas ao seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante a vida esperada das relações com clientes, estimada em 14 anos.

(vi) Programas de computador (“softwares”)

Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de softwares são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a softwares identificáveis e únicos, controlados pela Companhia e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os gastos diretos incluem a remuneração dos funcionários da equipe de desenvolvimento de softwares e a parte adequada das despesas gerais relacionadas. Os gastos com o aperfeiçoamento ou a expansão do desempenho dos softwares para além das especificações originais são acrescentados ao custo original do software. A amortização é calculada usando o método linear durante a vida útil esperada dos softwares, estimada em 5 anos.

3.9 Contas a receber

Contas a receber de clientes são quantias devidas por clientes por mercadorias vendidas ou serviços prestados no curso normal dos negócios. As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor da contraprestação que é incondicional, a menos que contenham componentes financeiros significativos, quando são reconhecidas pelo valor justo.





A Companhia é detentora de valores a receber, com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, mensurando-os, subsequentemente, pelo custo amortizado. A Companhia aplica a abordagem simplificada do CPC 48 (IFRS 9) – Instrumentos Financeiros para mensurar as perdas de crédito esperadas. As provisões para redução ao valor recuperável de contas a receber de clientes são mensuradas a partir da aplicação da média histórica de perdas realizadas e previstas para o exercício sobre contas a receber em aberto no encerramento do exercício.

3.10 Benefícios a empregados

A Companhia concede benefícios a seus empregados, tais como vale-refeição, assistência médica, vale-transporte e remuneração variável. A Companhia não possui benefícios classificados como benefício definido nos exercícios demonstrados nesta demonstração financeira.

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em política aprovada pela Administração e divulgada aos funcionários. A Companhia reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigado ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada (obrigação construtiva).

3.11 Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Se o efeito temporal do montante for significativo, provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. As provisões relevantes estão mencionadas na nota explicativa nº 4.

3.12 Receita operacional

As receitas da Companhia são geradas exclusivamente pela venda de produtos e serviços de segurança, comunicação e energia, como descrito na nota explicativa nº 1.

As receitas são reconhecidas pelo seu valor justo quando atingidas as seguintes condições:

- i) O controle sobre os produtos é transferido para o comprador;
- ii) Companhia deixa de ter controle ou responsabilidade pelos produtos vendidos;
- iii) Os benefícios econômicos gerados para a Companhia são prováveis;
- iv) Os serviços são prestados.

A receita é mensurada com base na contraprestação que a Companhia espera receber em um contrato com o cliente. A receita de vendas é apresentada líquida de deduções, incluídos os impostos calculados sobre as vendas. O valor da receita reconhecida é contabilizado líquido das devoluções e cancelamentos esperados.

Há componente de financiamento significativo nos contratos considerando o período existente entre o recebimento do pagamento e a transferência do controle deste equipamento, bem como as taxas de juros de mercado. Desta forma, o preço de transação para estes contratos é descontado, utilizando a taxa de juros implícita no contrato (vide nota explicativa nº 7).





A Companhia mantém programas de desconto e incentivo a vendas, pelos quais oferece abatimentos por volume de vendas contratadas pelos clientes. Os descontos podem ser por categoria de cliente ou quando a quantidade de produtos adquiridos durante o período excede a um limite especificado em contrato. Os abatimentos são compensados com valores a pagar pelo cliente ou com pagamentos financeiros. A Companhia aplica o método do valor esperado para estimar a contraprestação variável em um contrato. Em seguida, a Companhia aplica os requisitos sobre estimativas de contraprestação variável para se ajustar os valores de venda.

3.13 Subvenções governamentais

As subvenções governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas pelos governos concedentes e são apuradas e regidas de acordo com os contratos, termos de acordo e legislações aplicáveis a cada benefício.

Os efeitos no resultado são registrados na contabilidade pelo regime de competência, sendo os ganhos referentes ao Crédito financeiro – Lei nº 13.969/19 contabilizados no grupo de Outras (despesas) receitas operacionais líquidas (vide nota explicativa nº 9 e 28), e os demais ganhos contabilizados no grupo das deduções de vendas. Os valores que foram financiados são registrados no passivo circulante e não circulante e atualizados conforme os respectivos contratos.

3.14 Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, ajuste a valor presente e outras receitas diversas. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, encargos financeiros sobre tributos, ajuste a valor presente. Essas receitas e despesas de juros são reconhecidas no resultado.

A Companhia também possui despesa com variação cambial, a qual é contabilizada, também, diretamente no resultado. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

3.15 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de tributos decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste dos tributos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.





Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

3.16 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios.

O ajuste a valor presente das operações de revenda de mercadorias a prazo tem como contrapartida a rubrica "Contas a receber". Sua realização é registrada na rubrica "Receitas de vendas de mercadorias", pela fruição de prazo.

O ajuste a valor presente do passivo relativo às operações de compra de mercadorias para revenda é registrado na rubrica "Fornecedores" com contrapartida na conta de "Estoques". Sua reversão é registrada na rubrica "Custo das mercadorias revendidas e das prestações de serviços" pela fruição de prazo.

3.17 Classificação como circulante ou não circulante

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- (i) Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade;
 - (ii) Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado;
 - (iii) Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e
 - (iv) É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 R2 (IAS 7) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.
- Todos os demais ativos são classificados como não circulantes.

Um passivo é classificado no circulante quando:

- (i) Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade;
- (ii) Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- (iii) Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e
- (iv) A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

A Companhia classifica todos os demais passivos como não circulantes. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

3.18 Demonstração do valor adicionado

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pelas Empresas e sua distribuição durante determinado exercício, e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira. Tal demonstração foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras, registros





complementares, e segundo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado ("DVA").

3.19 Distribuição de lucros

É assegurado aos acionistas, por meio do Capítulo VI do estatuto social da Companhia, dividendo mínimo de 25% do lucro líquido de cada exercício ajustado conforme a Lei das Sociedades por Ações.

A Companhia reconhece um passivo para pagamento de dividendos quando esta distribuição se torna uma obrigação presente na data do balanço, referindo-se à parcela de dividendo mínimo obrigatório não antecipado e/ou dividendos complementares, cuja aprovação para distribuição tenha sido devidamente aprovada até a data base das demonstrações financeiras.

3.20 Novas normas, alterações e interpretações do IFRS

No exercício corrente, a Companhia avaliou a aplicação das seguintes alterações às IFRS, bem como novas orientações técnicas, que são obrigatoriamente válidas para um período que se inicie em ou após 1º de janeiro de 2025, as quais não resultaram em qualquer impacto material nas divulgações ou nos valores apresentados nessas demonstrações financeiras:

- Alterações ao **CPC 02 (R2)/IAS 21** – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e **CPC 37 (R1)** – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade (Falta de Conversibilidade): a Companhia adotou as alterações no exercício corrente, essas alterações especificam como avaliar se uma moeda é conversível e como determinar a taxa de câmbio quando não for. Não foram apresentados impactos materiais com a adoção da norma.
- **OCPC 10** - Créditos de Carbono (tCO₂e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO): Esta orientação técnica visa direcionar o tratamento contábil de créditos de carbono (tCO₂e), Permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBIO) das entidades atuantes no mercado brasileiro;
- **CPC 32/IAS 12 – Tributos sobre o lucro:** A OCDE estabeleceu o modelo Pilar Dois, que impõe tributação mínima efetiva de 15% para grupos multinacionais, calculada pela alíquota efetiva global. Alterações na IAS 12 (2023) e no CPC 32 (2023) alinharam as normas contábeis a essas regras. No Brasil, a Lei 15.079/2024 instituiu, a partir de 2025, um adicional de CSLL para garantir a tributação mínima conforme o Pilar Dois.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, considerando que o adicional de CSLL se aplica as multinacionais com receitas anuais consolidadas acima de EUR750 milhões em pelo menos 2 (dois) dos 4 (quatro) anos fiscais imediatamente anteriores ao analisado, a Companhia concluiu que não está sujeita ao adicional de CSLL. A Companhia seguirá avaliando os efeitos do Pilar Dois para os próximos exercícios.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia optou por não adotar antecipadamente nenhuma norma, interpretação ou alteração que tenha sido emitida. A seguir serão listadas as IFRSs novas e revisadas, emitidas e ainda não aplicáveis, e a expectativa da Administração em relação a aplicação:

- **IFRS 18** – Apresentação e Divulgações nas demonstrações Financeiras: a entidade deve aplicar a IFRS 18 para períodos de relatório anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, sendo permitida a adoção antecipada. A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras e notas explicativas às demonstrações financeiras;





- **IFRS 19** – Subsidiárias sem responsabilidade pública - Divulgações: A nova norma é aplicável para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, sendo permitida a adoção antecipada. A Companhia não é elegível para sua aplicação, em razão de seus instrumentos patrimoniais serem negociados publicamente;
- **Melhorias Anuais às normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) – Volume 11:** As melhorias anuais se limitam a alterações que visam esclarecer a redação de algumas normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) ou corrigir consequências não intencionais relativamente menores, omissões ou conflitos entre os requisitos das normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards).

As alterações referem-se às seguintes normas:

- IFRS 1 - "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro";
- IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros: Divulgação e sua Orientação de Implementação do IFRS 7";
- IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros";
- IFRS 10 - "Demonstrações Financeiras Consolidadas"; e
- IAS 7 - "Demonstração dos Fluxos de Caixa".

As melhorias são aplicáveis para os períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. A Companhia não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras.

- **IFRS S1 e S2:** As pautas relacionadas ao ESG (Ambiente, Sustentabilidade e Governança) continuam a ganhar relevância no ambiente regulatório e corporativo. As normas CBPS 01 – *Requisitos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade* (equivalente à IFRS S1 – *General Requirements for Disclosure of Sustainability-related Financial Information*) e CBPS 02 – *Divulgações Relacionadas ao Clima* (equivalente à IFRS S2 – *Climate-related Disclosures*), endossadas pela CVM por meio da Resolução nº 193/2023, estabelecem as diretrizes para a elaboração dos relatórios de sustentabilidade pelas companhias de capital aberto brasileiras. Tais relatórios devem ser apresentados separadamente das demonstrações financeiras anuais, seguindo a mesma periodicidade e observando os prazos definidos para arquivamento eletrônico na página da CVM. A Administração está avaliando se as exigências de divulgação introduzidas pelas novas normas de sustentabilidade poderão impactar as informações atualmente apresentadas nas demonstrações financeiras, incluindo eventuais efeitos sobre premissas, estimativas e divulgações de riscos.

3.21 Reforma Tributária Brasileira

A Companhia está avaliando os impactos relacionados à Reforma Tributária sobre o consumo no Brasil, promulgada em dezembro de 2023 via Emenda Constitucional que introduziu e posteriormente regulamentada pela Lei Complementar 214/2025 e, pelo ainda em tramitação, Projeto de Lei Complementar 108/2024. A reforma substituirá gradualmente o ICMS, ISS, IPI, PIS e COFINS por três tributos de base ampla sobre valor agregado: o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS). O IBS será de competência compartilhada entre Estados e Municípios, a CBS terá abrangência federal e o IS assumirá função regulatória, incidindo sobre bens e serviços específicos. A vigência plena está prevista para 2033, com fase de transição entre 2026 e 2032. Durante o período de transição, a Companhia está avaliando os efeitos na mensuração e apresentação de ativos e passivos tributários, inclusive quanto à recuperabilidade de créditos de ICMS, PIS e COFINS sob o novo regime para os exercícios subsequentes.





4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia exige da Administração o uso de julgamentos, estimativas e premissas que impactam os valores registrados de receitas, despesas, ativos, passivos e passivos contingentes. Julgamentos são decisões qualitativas sobre a aplicação das políticas contábeis, enquanto estimativas representam mensurações numéricas utilizadas quando os valores não podem ser determinados com precisão. Já as premissas correspondem às informações, expectativas e condições utilizadas como base para elaborar essas estimativas. Como tais elementos envolvem incertezas, resultados futuros podem diferir e demandar ajustes relevantes nos valores contábeis; por isso, são revisados continuamente pela Administração.

A seguir são apresentados os principais julgamentos e estimativas, efetuados pela Administração durante o processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia e que afetam mais significativamente os valores reportados nas demonstrações financeiras.

4.1. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para o próximo ano, sendo os quatro anos seguintes projetados com base na taxa de crescimento anual composta das unidades geradoras de caixas, não incluindo atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. As principais premissas utilizadas para determinar o valor recuperável das diversas unidades geradoras de caixa, incluindo análise de sensibilidade, são detalhadas na nota explicativa nº 13.

4.2. Combinação de negócios

Existem incertezas relacionadas ao processo de combinação de negócios em decorrência da apuração de ágio e dos saldos de valores justos dos ativos e passivos líquidos adquiridos, bem como em suas estimativas de vida útil. A Companhia conta com o trabalho de consultores especializados para elaboração de laudo técnico de alocação do preço de compra das aquisições (PPA – Purchase Price Allocation). Detalhamento sobre as políticas contábeis materiais relacionadas a combinações de negócios são divulgadas na nota explicativa nº 3.1.

4.3. Realização de tributos

Existem incertezas inerentes à interpretação de regulamentos tributários complexos, bem como quanto ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto da legislação tributária, sua natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, eventuais diferenças entre os resultados efetivos e as premissas adotadas, ou ainda mudanças futuras nessas premissas, podem demandar ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não identificou nenhum assunto que requeira a constituição provisões para temas tributários e não há atualmente auditorias por parte das autoridades fiscais em andamento. Diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

O imposto diferido ativo é reconhecido sobre os prejuízos fiscais não utilizados, desde que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido





ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuro.

Além do imposto diferido ativo, a Companhia possui outros créditos tributários registrados no ativo circulante e não circulante, cuja realização também depende de premissas e julgamentos significativos da Administração. A recuperabilidade desses créditos está suportada por expectativas de geração de tributos a compensar, projeções de operações futuras e condições estabelecidas na legislação fiscal aplicável. A Companhia monitora continuamente tais premissas, reavaliando o prazo e a probabilidade de realização desses créditos tributários à luz de mudanças no ambiente regulatório e no desempenho operacional.

4.4. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4.5. Provisão para obsolescência de estoques

A Companhia efetua a análise de realização dos estoques, com base na expectativa de utilização ou venda, no histórico de perdas, como também na avaliação entre o valor contábil e o valor líquido de realização.

4.6. Provisão para descontos e verbas comerciais

A Companhia realiza pagamentos a seus clientes com a finalidade de realizar o desenvolvimento de mercado, tais como propaganda e marketing, conforme critérios pré-estabelecidos. Os gastos relacionados a programas relacionados a propaganda e marketing são reconhecidos como despesa de vendas. Ao final de cada exercício uma provisão é estimada e registrada com base nas metas já atendidas, mas ainda não realizadas e uma provisão é constituída para tais valores como redutora de contas a receber, no ativo, tendo como contrapartida receita de vendas. As estimativas de provisão levam em conta estimativas de vendas, de atendimento aos critérios estabelecidos, bem como dados históricos.

A Companhia também mantém programas pelos quais oferece aos seus clientes descontos mediante o atingimento de determinadas metas comerciais pré-definidas. Os descontos são apresentados como deduções das vendas, quando associados ao preço da transação, como mencionado na nota explicativa nº 3.12. A Companhia adota estimativas com base em critérios dos contratos e dados históricos para estimar o valor de ajuste das suas receitas, sendo os valores apresentados segregados na nota explicativa nº 26 – Receita operacional líquida.

4.7. Provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber

A Companhia utiliza uma matriz de provisão para calcular a perda de crédito esperada para contas a receber. As taxas de provisão aplicadas são baseadas em dias de atraso para agrupamentos de clientes, conforme o canal de vendas, por estes apresentarem padrões de perda semelhantes.

A matriz de provisão baseia-se inicialmente nas taxas de perda histórica observadas pela Companhia. A Companhia revisa a matriz de forma prospectiva para ajustá-la de acordo com a experiência histórica de perda de crédito. Por exemplo, se há expectativa de deterioração de condições econômicas previstas no próximo ano (por exemplo, o produto interno bruto), o que pode levar a um aumento na inadimplência no setor manufatureiro, as taxas de perda históricas são





ajustadas. Em todas as datas de relatórios, as taxas de perda histórica observadas são atualizadas e as mudanças nas estimativas prospectivas são analisadas.

A avaliação da correlação entre as taxas de perda histórica observadas, as condições econômicas previstas e as perdas de crédito esperadas são uma estimativa significativa. A quantidade de perdas de crédito esperadas é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas. A experiência histórica de perda de crédito da Companhia e a previsão das condições econômicas também podem não representar o padrão real do cliente no futuro. As informações sobre as perdas de crédito esperadas sobre as contas a receber da Companhia estão divulgadas na nota explicativa nº 7.

4.8. Provisão para garantias

A provisão para garantias é reconhecida no resultado no momento em que os produtos a que se referem são vendidos. A Companhia utiliza como base para mensuração da provisão os dados históricos de utilização das garantias. Além disso, realiza a ponderação de todas as probabilidades de desembolsos durante o período coberto pela garantia. Os detalhes sobre esta provisão estão sendo apresentados na nota explicativa nº 18.

4.9. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos contabilizados a valor justo por meio do resultado, quais sejam os contratos de NDF (Non Deliverable Forward), para proteção de variação cambial sobre títulos com fornecedores estrangeiros; contrato de Swap para proteção contra variação cambial e de taxa de juros de financiamentos e empréstimos bancários; além do registro de obrigação por compra de participação na controlada Khomp Indústria de Comércio Ltda. referente a uma opção de venda detida pelos detentores da participação residual de 25% sobre essa empresa. As incertezas relacionadas a estes saldos são referentes à apuração dos seus respectivos valores justos.

4.10. Revisão da vida útil do imobilizado e intangível

A Companhia efetua julgamento para determinação da vida útil de seus ativos imobilizados e intangível. Essa estimativa é determinada com base no período em que se espera que estes ativos irão gerar benefício econômico para a Companhia.





5. Caixa e equivalentes de caixa

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e bancos	64.290	24.558	59.077	18.392
Caixa e bancos – moeda estrangeira	62.526	37.849	55.817	28.431
Aplicações financeiras (i)	842.581	732.913	815.981	558.641
Aplicações financeiras – moeda estrangeira (ii)	101.377	92.649	101.385	92.650
	1.070.774	887.969	1.032.260	698.114

(i). As aplicações financeiras são constituídas por investimentos de curto prazo, classificados como equivalentes de caixa, e referem-se a papéis lastreados em Certificado de Depósito Interbancário (CDI), contratadas com Instituições consideradas pela administração como de 1ª linha, cujos rendimentos estão atrelados à taxa DI com possibilidades de resgates parciais ou totais sem restrições. Os valores estão registrados pelo custo de aquisição, acrescido dos respectivos rendimentos até a data de encerramento do balanço, que foram em média de aproximadamente 101% do CDI em 31 de dezembro de 2025 (102% em 31 de dezembro de 2024).

(ii). As aplicações em moeda estrangeira são compostas por *overnight* e *time deposit*. A remuneração variou entre 3,80% a.a. a 4,46% a.a. (entre 4,85% e 5,27% em 31 de dezembro de 2024)

6. Títulos e valores mobiliários

Refere-se a conta de aplicações financeiras com a finalidade de garantir as obrigações de indenizações dos vendedores da Khomp Indústria e Comércio Ltda. (empresa adquirida), sendo que a gestão destes depósitos é compartilhada e necessita de autorização de ambas as partes para movimentação. O contrato prevê o pagamento aos vendedores em duas parcelas, sendo que a primeira foi paga em março de 2022 e a segunda parcela será paga em abril de 2026.

7. Contas a receber de clientes

Composição das contas a receber de clientes:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
No país – terceiros	1.217.969	1.267.023	1.192.362	1.222.376
No país – partes relacionadas	-	-	73	48.486
No exterior – terceiros	47.453	53.894	23.588	30.874
No exterior – partes relacionadas	-	-	8.831	13.977
	1.265.422	1.320.917	1.224.854	1.315.713
Provisão para perdas esperadas para risco de crédito	(63.453)	(45.092)	(60.281)	(40.639)
Ajuste a valor presente – AVP	(32.484)	(26.908)	(32.484)	(26.311)
	1.169.485	1.248.917	1.132.089	1.248.763
Circulante	1.149.218	1.213.341	1.111.866	1.214.722
Não circulante	20.267	35.576	20.223	34.041

As vendas a prazo foram trazidas ao valor presente na data das transações com base na taxa estimada pelo prazo de recebimento. O ajuste a valor presente tem como contrapartida a conta de "Receita operacional líquida" e sua recomposição é registrada como receita financeira no resultado financeiro. A taxa de desconto utilizada envolve a análise da estrutura de capital e as incertezas do contexto macroeconômico e foi, na média, de 15% a.a. em 31 de dezembro de 2025 (11,42% a.a. em 31 de dezembro de 2024).



**Intelbras S.A. – Indústria de Telecomunicação Eletrônica Brasileira**

Notas explicativas às demonstrações financeiras anuais

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

intelbras

Contas a receber de clientes por idade de vencimento:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
A vencer até 365 dias	1.107.360	1.165.868	1.094.331	1.190.045
A vencer mais 365 dias	26.179	39.671	25.675	38.136
Vencidos até 30 dias	40.091	47.061	26.890	32.405
Vencidos entre 31 e 90 dias	16.867	9.583	10.173	4.689
Vencidos entre 91 e 180 dias	8.583	6.999	7.770	5.692
Vencidos entre 181 e 365 dias	15.044	11.012	13.748	9.941
Vencidos há mais de 365 dias	51.298	40.723	46.267	34.805
Saldo final	1.265.422	1.320.917	1.224.854	1.315.713

Movimentação da provisão para perdas esperadas para risco de crédito:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	(45.092)	(39.289)	(40.639)	(35.356)
Incorporação de controlada	-	-	(1.319)	-
Adições, líquidas de reversões	(28.802)	(7.093)	(27.926)	(6.206)
Baixas	10.441	1.290	9.603	923
Saldo final	(63.453)	(45.092)	(60.281)	(40.639)

A Companhia utiliza uma abordagem simplificada, como permitido pelo CPC 48 (IFRS 9) – Instrumentos financeiros, para constituir de forma prospectiva um complemento de provisão de perdas esperadas. Esta estimativa é calculada tendo como base as perdas históricas sobre vendas, sendo aplicada sobre todas as contas a receber, incluindo-se os saldos a vencer. A finalidade dessa análise é a de assegurar uma avaliação mais criteriosa na determinação da provisão para perda esperada para risco de crédito sobre as contas a receber da Companhia e de suas controladas.

8. Estoques

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Produtos acabados	733.082	742.555	696.758	681.021
Produtos em elaboração	64.740	86.517	58.585	78.640
Matérias-primas e materiais auxiliares	428.333	742.461	409.362	634.438
Importações em andamento	318.382	245.269	318.268	229.910
Adiantamentos a fornecedores	21.217	35.855	19.157	28.292
	1.565.754	1.852.657	1.502.130	1.652.301
Provisão para perdas de estoque	(73.078)	(47.484)	(72.078)	(43.913)
Ajuste a valor presente – AVP	(18.738)	(32.451)	(18.738)	(32.407)
	1.473.938	1.772.722	1.411.314	1.575.981

Movimentação da provisão para perdas de estoque:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	(47.484)	(63.638)	(43.913)	(54.421)
Adições, líquidas de reversões	(54.009)	(32.413)	(53.119)	(32.439)
Baixas	28.415	48.567	24.954	42.947
Saldo final	(73.078)	(47.484)	(72.078)	(43.913)



9. Tributos a recuperar

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Imposto s/ circulação de mercadorias e serviços – ICMS (a)	73.848	59.728	73.210	-
Crédito financeiro – Lei Nº 13.969/19 (b)	35.508	37.124	35.107	36.786
Contribuição social sobre o lucro líquido – CSLL	694	2.905	410	1.911
Contribuição para financ. da seguridade social – COFINS	7.153	20.164	5.151	9.561
Programa de integração social – PIS	1.497	4.447	1.063	2.074
Imposto de renda pessoa jurídica – IRPJ (c)	31.714	42.956	30.537	37.564
Impostos sobre produtos industrializados – IPI	10.004	5.672	9.922	1.604
Créditos tributários federais a compensar (d)	31.727	16.720	31.727	16.720
Outros	4.857	6.090	844	-
	197.002	195.806	187.971	106.220
Circulante	142.068	133.012	133.359	97.221
Não circulante	54.934	62.794	54.612	8.999

- (a) O Convênio 101/1997 isenta do ICMS as operações de vendas de geradores solares, além de conceder a manutenção dos créditos nas aquisições dos insumos para a fabricação desses produtos, gerando saldo credor acumulado do ICMS nas operações com produtos solares. A Companhia solicitou a habilitação dos referidos saldos credores e aguarda liberação junto aos Estados de São Paulo e Santa Catarina. Além desta possibilidade, o saldo credor também será consumido em operações próprias da Companhia, após incorporação realizada (nota 1.2).
- (b) A Lei nº 13.969/2019 revogou os benefícios de redução da alíquota do IPI para os bens de informática produzidos com Processo Produtivo Básico (PPB) e habilitados em portarias interministeriais e constituiu o crédito financeiro para compensação integral em substituição aos incentivos extintos pela revogação. Este novo incentivo ficará em vigor até 31 de dezembro de 2029. Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia possui créditos no montante de R\$35.508, saldo consolidado, que vem sendo compensado com tributos federais periodicamente. Este saldo está sendo registrado em contrapartida a rubrica de "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" no resultado e a Companhia espera compensar o total dos créditos dentro de 12 meses.
- (c) O IRPJ é composto por saldo negativo e estimativa mensal a compensar no valor de R\$20.894 e retenções de imposto de renda sobre aplicações financeiras de R\$10.820.
- (d) Os créditos tributários federais a compensar são compostos por recuperações tributárias com a possibilidade de compensação com quaisquer tributos federais, cujos valores serão compensados no prazo mínimo de doze meses tendo em vista o disposto na Portaria Normativa MF nº 14, de 05 de janeiro de 2024. O reconhecimento das recuperações é realizado em contrapartida a rubrica de "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" no resultado e a atualização monetária nas "Receitas financeiras".



10. Arrendamentos

Ativo de direito de uso de arrendamento

Em 31 de dezembro de 2025, os saldos de ativo de direito de uso de arrendamento correspondem a empilhadeiras, salas administrativas e galpões logísticos.

Movimentação de ativos de direito de uso:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial líquido	17.293	12.661	11.771	7.963
Adições/remensurações	7.105	11.797	5.443	9.469
Depreciação	(8.040)	(7.463)	(6.087)	(5.661)
Baixas	(466)	-	(466)	-
Variação cambial	226	298	-	-
Saldo final líquido	16.118	17.293	10.661	11.771
Composição do saldo:				
Custo total	36.798	31.983	25.218	21.854
Depreciação acumulada	(20.680)	(14.690)	(14.557)	(10.083)
Saldo final líquido	16.118	17.293	10.661	11.771

Passivo de arrendamento

Movimentação de passivo de arrendamento:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial líquido	18.214	13.312	12.261	8.303
Adições/remensurações	7.105	11.797	5.443	9.469
Juros provisionados e variação cambial	1.564	1.543	1.132	774
Baixas	(479)	-	(479)	-
Pagamento de principal	(7.661)	(6.895)	(5.701)	(5.511)
Pagamento de juros	(1.441)	(1.543)	(1.131)	(774)
Saldo final líquido	17.302	18.214	11.525	12.261
Circulante	9.913	6.981	7.667	5.101
Não circulante	7.389	11.233	3.858	7.160

A Companhia fornece abaixo informações adicionais relacionadas ao cronograma de vencimentos do passivo de arrendamento e as taxas de descontos relacionadas:

	Em 31 de dezembro de 2025			
	Consolidado		Controladora	
	Valores mínimos a pagar	Taxa média ponderada de desconto	Valores mínimos a pagar	Taxa média ponderada de desconto
Em 1 ano	11.047	9,79%	8.186	10,28%
De 2 a 5 anos	5.461	10,11%	4.414	10,96%
De 6 a 10 anos	1.620	3,93%	-	-
Acima de 10 anos	1.674	3,93%	-	-
Total	19.802	9,27%	12.600	10,49%
(-) Juros a transcorrer	(2.500)		(1.075)	
Saldo passivo de arrendamento	17.302		11.525	



PIS e COFINS

A Companhia e suas controladas possuem o direito potencial de recuperar os tributos PIS e COFINS relacionados aos fluxos contratuais brutos do passivo de arrendamento que, em 31 de dezembro de 2025, é de R\$1.166 na Controladora e R\$1.834 no Consolidado.

11. Investimentos

Movimentações dos investimentos

Em 31 de dezembro de 2025 os investimentos da Companhia são compostos por participações em empresas controladas, bem como outros investimentos, conforme quadro a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Investimentos em controladas	-	-	104.928	343.729
Mais valia na aquisição de empresas (*)	-	-	20.008	92.472
Ágio por expectativa de rentabilidade futura (*)	-	-	65.653	245.068
Lucros não realizados	-	-	(3.992)	(6.684)
Outros investimentos (**)	7.400	5.849	7.400	5.694
	7.400	5.849	193.997	680.279

(*) Referem-se a ágios e mais valias registradas pelas aquisições da Décio, Seventh, Khomp, Renovigi e Allume.

(**) Referem-se ao valor de cota no Fundo de Investimento em Participação Sul Inovação, no qual detém 4,80% e Investimento na empresa Gruvi Tecnologias S.A., dedicada às atividades de desenvolvimento e licenciamento de software, adquirida em dezembro/2022 a participação de 4,99% no capital social.

A abertura dos investimentos em controladas é demonstrada abaixo:

Investida	Controle	Participação		Controladora	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ascent	Controlada	100%	100%	3.346	2.218
Seventh	Controlada	100%	100%	15.007	12.585
Décio	Controlada	100%	100%	39.329	35.924
Khomp	Controlada	75%	75%	44.105	48.144
Renovigi	Incorporada	-	100%	-	241.215
Allume	Controlada	55%	55%	3.240	3.701
Aunady	Controlada	100%	100%	(99)	(58)
				104.928	343.729

A movimentação dos investimentos é demonstrada abaixo:

Investida	31/12/2024	Adição	Equivalência Patrimonial	Incorporação de controlada (Nota 1.2)	Variação Cambial	Dividendos	31/12/2025
Ascent	2.218	-	1.373	-	(245)	-	3.346
Seventh	12.585	-	6.622	-	-	(4.200)	15.007
Décio	35.924	-	3.405	-	-	-	39.329
Khomp	48.144	-	4.971	-	-	(9.010)	44.105
Renovigi	241.215	-	(11.673)	(229.542)	-	-	-
Allume	3.701	-	(480)	-	19	-	3.240
Aunady	(58)	-	(40)	-	(1)	-	(99)
Mais valias	92.472	-	22.488	(95.055)	103	-	20.008
Ágios	245.068	-	-	(179.770)	355	-	65.653
Lucros não realizados	(6.684)	-	(4.008)	6.700	-	-	(3.992)
Outros	5.694	1.530	-	176	-	-	7.400
	680.279	1.530	22.658	(497.491)	231	(13.210)	193.997



12. Imobilizado

	Consolidado							
	Terrenos	Edificações	Instalações e benfeitorias	Máquinas, equipamentos e instrumentos	Móveis e utensílios	Computador	Outros (i)	Total
<u>Taxa média anual de depreciação</u>		1%	4% a 10%	9% a 20%	7%	20% a 33%	20% a 33%	
<u>Movimentação do custo</u>								
Saldos em 31 de dezembro de 2023	88.909	189.117	68.051	176.230	20.363	49.828	82.010	801.918
Adições	-	699	3.116	36.936	6.501	5.711	38.028	139.994
Variação Cambial	-	-	-	(1)	4	30	6	39
Transferências	-	110.742	9.743	13.889	1.418	3.184	2.023	(140.999)
Baixas	(252)	(479)	(878)	(6.971)	(746)	(1.270)	(8.599)	(3.353)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	88.657	300.079	80.032	220.083	27.540	57.483	113.468	919.403
Adições	-	6	1.392	8.368	1.466	2.087	18.308	28.999
Variação Cambial	-	-	-	8	16	13	1	-
Transferências	-	155	6.028	14.970	1.205	1.553	1.716	(25.627)
Baixas	-	(63)	(307)	(5.079)	(418)	(6.986)	(4.796)	(394)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	88.657	300.177	87.145	238.350	29.809	54.150	128.697	962.024
<u>Movimentação da depreciação</u>								
Saldos em 31 de dezembro de 2023	-	(21.783)	(19.745)	(77.894)	(8.657)	(25.335)	(43.169)	-
Depreciação	-	(2.896)	(3.423)	(13.503)	(1.579)	(8.352)	(18.716)	-
Variação Cambial	-	-	-	-	8	1	(1)	-
Transferências	-	-	-	(8)	-	8	-	-
Baixas	-	1	830	4.283	563	978	5.220	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	-	(24.678)	(22.338)	(87.122)	(9.665)	(32.700)	(56.666)	-
Depreciação	-	(3.741)	(5.283)	(16.374)	(1.793)	(9.022)	(23.491)	-
Variação Cambial	-	-	-	(1)	(34)	(45)	(9)	-
Transferências	-	-	-	(3)	3	-	-	-
Baixas	-	2	136	4.177	334	5.802	2.291	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	-	(28.417)	(27.485)	(99.323)	(11.155)	(35.965)	(77.875)	-
<u>Saldo líquido de depreciação</u>								
Saldos em 31 de dezembro de 2023	88.909	167.334	48.306	98.336	11.706	24.493	38.841	605.335
Saldos em 31 de dezembro de 2024	88.657	275.401	57.694	132.961	17.875	24.783	56.802	686.234
Saldos em 31 de dezembro de 2025	88.657	271.760	59.660	139.027	18.654	18.185	50.822	681.804

(i) O Grupo de "Outros" é composto por veículos, moldes, bens em locação, entre outros.




Intelbras S.A. – Indústria de Telecomunicação Eletrônica Brasileira

Notas explicativas às demonstrações financeiras anuais

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

intelbras

	Controladora								
	Terrenos	Edificações	Instalações e benfeitorias	Máquinas, equipamentos e instrumentos	Móveis e utensílios	Computador	Outros (i)	Projetos em andamento	Total
<u>Taxa média anual de depreciação</u>		1%	4% a 10%	9% a 20%	7%	20% a 33%	20% a 33%		
<u>Movimentação do custo</u>									
Saldos em 31 de dezembro de 2023	84.378	181.843	66.953	163.373	17.315	37.824	70.771	122.061	744.518
Adições	-	699	2.917	34.169	6.158	5.109	37.052	45.370	131.474
Transferências	-	110.742	9.698	8.665	1.418	3.183	2.023	(135.729)	-
Baixas	-	(479)	(863)	(6.084)	(673)	(898)	(7.916)	(3.282)	(20.195)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	84.378	292.805	78.705	200.123	24.218	45.218	101.930	28.420	855.797
Adições	-	6	1.295	7.730	1.540	1.660	17.718	28.758	58.707
Transferências	-	155	6.028	11.727	1.204	1.553	1.717	(22.384)	-
Baixas	-	(63)	(232)	(4.878)	(85)	(3.550)	(4.137)	(394)	(13.339)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	84.378	292.903	85.796	214.702	26.877	44.881	117.228	34.400	901.165
<u>Movimentação da depreciação</u>									
Saldos em 31 de dezembro de 2023	-	(20.774)	(19.486)	(73.084)	(7.160)	(19.812)	(34.671)	-	(174.987)
Depreciação	-	(2.639)	(3.279)	(11.894)	(1.078)	(6.606)	(17.570)	-	(43.066)
Transferências	-	-	-	(8)	-	8	-	-	-
Baixas	-	1	829	4.212	502	784	4.835	-	11.163
Saldos em 31 de dezembro de 2024	-	(23.412)	(21.936)	(80.774)	(7.736)	(25.626)	(47.406)	-	(206.890)
Depreciação	-	(3.509)	(5.191)	(14.942)	(1.396)	(7.519)	(22.893)	-	(55.450)
Transferências	-	-	-	(3)	3	-	-	-	-
Baixas	-	2	64	3.992	57	3.255	1.892	-	9.262
Saldos em 31 de dezembro de 2025	-	(26.919)	(27.063)	(91.727)	(9.072)	(29.890)	(68.407)	-	(253.078)
<u>Saldo líquido de depreciação</u>									
Saldos em 31 de dezembro de 2023	84.378	161.069	47.467	90.289	10.155	18.012	36.100	122.061	569.531
Saldos em 31 de dezembro de 2024	84.378	269.393	56.769	119.349	16.482	19.592	54.524	28.420	648.907
Saldos em 31 de dezembro de 2025	84.378	265.984	58.733	122.975	17.805	14.991	48.821	34.400	648.087

(i) O Grupo de "Outros" é composto por veículos, moldes, bens em locação, entre outros.





Os projetos em andamento referem-se a expansões nas linhas de produção e reformas nas áreas industriais e administrativas da Companhia.

Certos itens do imobilizado estão dados em garantia de operações de financiamentos e pagamentos de tributos (nota explicativa nº 15).

A Administração efetuou análise de recuperabilidade dos seus ativos imobilizados no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, e não identificou a existência de indicativos em relação à necessidade de constituição de provisões para perda sobre o valor recuperável de tais ativos.





Intelbras S.A. - Indústria de Telecomunicação Eletrônica Brasileira

Notas explicativas às demonstrações financeiras anuais

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

intelbras

13. Intangível

	Consolidado					
	Ágios em Investidas	Acordo de não competição	Marcas e patentes	Relacionamento com clientes	Softwares	Projetos em Andamento
Taxa média anual de amortização		20%	7% a 12%	7%	7% a 20%	
Movimentação do custo						
Saldos em 31 de dezembro de 2023	280.161	28.095	67.940	99.807	105.650	56.109
Adições	-	-	-	-	33.589	50.921
Aquisição de Controlada - mais valia	(2.708)	246	-	4.319	-	-
Variação Cambial	981	-	-	763	86	-
Baixas	-	-	(4)	-	(385)	(960)
Transferências	-	-	-	-	38.831	(38.831)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	278.434	28.341	67.936	104.889	177.771	67.239
Adições	-	-	-	-	25.106	11.158
Variação Cambial	355	-	-	184	-	-
Baixas	-	-	(12)	-	(1.483)	(76)
Transferências	-	-	-	-	65.080	(65.080)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	278.789	28.341	67.924	105.073	266.474	13.241
Movimentação da amortização						
Saldos em 31 de dezembro de 2023	-	(9.329)	(4.978)	(28.807)	(55.092)	-
Amortização	-	(5.647)	(2.987)	(6.492)	(26.776)	-
Variação Cambial	-	-	-	-	7	-
Baixas	-	-	-	-	300	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	-	(14.976)	(7.965)	(35.299)	(81.561)	-
Amortização	-	(5.627)	(2.987)	(6.310)	(33.957)	-
Variação Cambial	-	-	-	-	(34)	-
Baixas	-	-	-	-	398	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	-	(20.603)	(10.952)	(41.609)	(115.154)	-
Saldo líquido de amortização						
Saldos em 31 de dezembro de 2023	280.161	18.766	62.962	71.000	50.558	56.109
Saldos em 31 de dezembro de 2024	278.434	13.365	59.971	69.590	96.210	67.239
Saldos em 31 de dezembro de 2025	278.789	7.738	56.972	63.464	151.320	13.241



Intelbras S.A. - Indústria de Telecomunicação Eletrônica Brasileira

Notas explicativas às demonstrações financeiras anuais

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

intelbras

	Controladora						
	Ágios em Investidas	Acordo de não competição	Marcas e patentes	Relacionamento com clientes	Softwares	Projetos em Andamento	Total
<u>Taxa média anual de amortização</u>		20%	7% a 12%	7%	7% a 20%		
<u>Movimentação do custo</u>							
Saldos em 31 de dezembro de 2023	33.366	-	-	-	93.414	54.526	181.306
Adições	-	-	-	-	27.263	49.513	76.776
Baixas	-	-	-	-	(174)	(961)	(1.135)
Transferências	-	-	-	-	37.854	(37.854)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	33.366	-	-	-	158.357	65.224	256.947
Adições	-	-	-	-	24.512	10.542	35.054
Incorporação de controlada	179.770	27.890	41.817	80.522	-	-	329.999
Baixas	-	-	-	-	(1.128)	(76)	(1.204)
Transferências	-	-	-	-	65.080	(65.080)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	213.136	27.890	41.817	80.522	246.821	10.610	620.796
<u>Movimentação da amortização</u>							
Saldos em 31 de dezembro de 2023	-	-	-	-	(47.033)	-	(47.033)
Amortização	-	-	-	-	(24.476)	-	(24.476)
Baixas	-	-	-	-	147	-	147
Saldos em 31 de dezembro de 2024	-	-	-	-	(71.362)	-	(71.362)
Amortização	-	-	-	-	(31.522)	-	(31.522)
Incorporação de controlada	-	(20.452)	(10.952)	(21.089)	-	-	(52.493)
Baixas	-	-	-	-	60	-	60
Saldos em 31 de dezembro de 2025	-	(20.452)	(10.952)	(21.089)	(102.824)	-	(155.317)
<u>Saldo líquido de amortização</u>							
Saldos em 31 de dezembro de 2023	33.366	-	-	-	46.381	54.526	134.273
Saldos em 31 de dezembro de 2024	33.366	-	-	-	86.995	65.224	185.585
Saldos em 31 de dezembro de 2025	213.136	7.438	30.865	59.433	143.997	10.610	465.479



**Ativos com vida útil definida**

Avaliamos anualmente se há evidências que indiquem que o valor recuperável dos ativos intangíveis de vida útil definida possa ter sofrido redução em relação aos valores registrados contabilmente. Quando tais evidências são identificadas, testes detalhados de recuperabilidade (*impairment*) para essa categoria de ativos são procedidos. Nas datas dos balanços, as análises conduzidas pela Administração não revelaram indicadores ou fatores que os valores registrados contabilmente não sejam recuperáveis.

Ativos com vida útil indefinida

Os ativos com vida útil indefinida da Companhia são formados pelos ágios pagos em combinações de negócios. Esses ativos são submetidos a testes de recuperabilidade (*impairment*) anualmente, independentemente de haver ou não indicadores de riscos presentes. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 não foram identificados ativos que se encontrem registrados por valor superior a seu valor recuperável.

Os ágios apresentados acima estão fundamentados na expectativa de rentabilidade futura, suportados por laudos de avaliações, após alocação dos ativos identificados. Os ágios mantidos pela Companhia estão abaixo resumidos:

Negócio adquirido	Tipo de aquisição	Segmento	31/12/2025	31/12/2024
Maxcom do Brasil Ltda.	Incorporada	Segurança	1.348	1.348
Engesul Produtos Eletrônicos	Incorporada	Segurança	11.610	11.610
Automatiza Ind. Com. de Equip. Eletrônico Ltda.	Incorporada	Segurança	20.408	20.408
Seventh Ltda. e Prediotech (Incorporada por Seventh)	Controlada	Segurança	22.986	22.986
Décio Indústria Metalúrgica Ltda.	Controlada	Comunicação	1.788	1.788
Khomp Indústria e Comércio Ltda.	Controlada	Comunicação	30.724	30.724
Renovigi Energia Solar Ltda.	Incorporada	Energia	179.770	179.770
Allume Holding S.A.S.	Controlada	Segurança	10.115	9.800
			278.749	278.434

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia testou a recuperabilidade do ágio de cada um de seus grupos de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs). As UGCs são o menor grupo identificável de ativos que gera entradas de caixa, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou outros grupos de ativos, devendo o ágio ser alocado as UGCs, ou grupos de UGCs, para os quais se tenha a expectativa de que sejam gerados benefícios econômicos advindos de sinergias da combinação de negócios. Com base no exposto e na avaliação da Companhia, os segmentos operacionais representam o menor grupo identificável ao qual o ágio deve ser alocado.

Os testes foram realizados com base na metodologia do fluxo de caixa descontado, visando apurar o valor em uso para cada uma das UGCs aos quais os ágios estão alocados. Com base nos testes conduzidos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Administração concluiu que o valor desses ativos será recuperado por montante superior ao valor contábil registrado na data do balanço, não sendo necessário, portanto, registrar provisão para perda por realização para os ágios registrados.

As projeções de caixa foram realizadas para um horizonte de 5 anos e posteriormente perpetuadas. O primeiro ano do fluxo projetado está de acordo com o orçamento detalhado da Administração para cada UGC. Para os próximos quatro anos foram adotadas premissas de crescimento baseadas nas diretrizes de negócios da Administração e a perpetuidade foi elaborada utilizando uma taxa de crescimento de 3,50% (3,56% em 2024).





As projeções são descontadas pelo custo médio ponderado da unidade de capital ("WACC"). A taxa de desconto depois dos impostos aplicada nas projeções de fluxo de caixa é de 13,20% a.a. em 2025 (12,49% em 2024).

Adicionalmente à análise de recuperação mencionada acima, a Companhia elaborou uma análise de sensibilidade considerando as variações no lucro antes dos impostos e resultado financeiro e na taxa de desconto nominal em 1 ponto percentual, que não resultaram na necessidade de constituição de provisão para perda nos valores recuperáveis.

Gastos com pesquisa

Os custos de pesquisa e desenvolvimento incorridos pela Companhia são direcionados a diversos produtos eletrônicos. Os custos de pesquisa e desenvolvimento que não são elegíveis para capitalização, no valor de R\$179.339 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (R\$159.452 em 31 de dezembro de 2024) foram reconhecidos como despesas no grupo de "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas".

14. Fornecedores

As aquisições de insumos para produção da Companhia são feitas em maior número por meio de importação de fornecedores internacionais, representando cerca de 90% do saldo em aberto na data de 31 de dezembro de 2025.

a) Composição de fornecedores

No quadro a seguir é apresentada a abertura dos saldos a pagar a fornecedores:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores				
Mercado interno	82.373	116.553	86.249	116.431
Mercado externo	709.619	777.674	684.315	639.912
	791.992	894.227	770.564	756.343
Ajuste a valor presente – AVP (i)	(11.034)	(15.027)	(11.034)	(14.455)
	780.958	879.200	759.530	741.888

- (i) O ajuste a valor presente é realizado com base na taxa média praticada por instituições financeiras que oferecem serviços de forfait para os fornecedores da Companhia. Em 31 de dezembro de 2025, a taxa de desconto utilizada é de 5,59% a.a. (6,41% a.a. em 31 de dezembro de 2024) para fornecedores do mercado externo e 15% a.a. para fornecedores do mercado interno (11,42% a.a. em 31 de dezembro de 2024).

b) Fornecedores risco sacado

A Companhia mantém acordos de convênios firmados ("risco sacado" ou "forfaiting") com determinadas instituições financeiras que permitem o financiamento da sua cadeia de suprimentos. Pelos termos estabelecidos com as instituições, seus fornecedores podem optar por receber o pagamento de suas faturas de forma antecipada através do agente financeiro. Nos termos do acordo, a instituição financeira concorda em pagar os valores devidos ao fornecedor participante antecipadamente e recebe a liquidação da duplicata por parte da Companhia em uma data posterior. O principal objetivo desse programa é o de facilitar o processamento de pagamentos e permitir que os fornecedores dispostos antecipem seus recebíveis devidos pela Companhia a um banco antes da data de vencimento. Os convênios possuem limites e prazos próprios como condições.

**Intelbras S.A. – Indústria de Telecomunicação Eletrônica Brasileira**

Notas explicativas às demonstrações financeiras anuais

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Durante a execução dessa operação, não há qualquer alteração nas condições originalmente acertadas entre a Companhia e seus fornecedores (prazo ou valor dos saldos a pagar) que optaram pela antecipação dos títulos junto às instituições bancárias. Além disso, não há incidência de juros adicionais para a Companhia sobre os valores devidos aos fornecedores ou quaisquer *covenants* sobre a operação. Desta forma, na avaliação da Administração da Companhia, os acordos não estendem significativamente as condições de pagamento além dos termos normais acordados com outros fornecedores que não antecipam seus títulos.

A seguir é apresentada a composição dos saldos de fornecedores risco sacado a pagar:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores risco sacado				
Mercado interno	7.614	16.715	7.518	15.989
Mercado externo	263.008	329.321	256.174	316.546
	270.622	346.036	263.692	332.535
Ajuste a valor presente – AVP (i)	(2.678)	(5.630)	(2.678)	(5.510)
	267.944	340.406	261.014	327.025

- (i) O ajuste a valor presente é realizado com base na taxa média praticada por instituições financeiras que oferecem serviços de forfait para os fornecedores da Companhia. Em 31 de dezembro de 2025, a taxa de desconto utilizada é de 5,59% a.a. (6,41% a.a. em 31 de dezembro de 2024) para fornecedores do mercado externo e 15% a.a. para fornecedores do mercado interno (11,42% a.a. em 31 de dezembro de 2024).

A Companhia não modificou os passivos aos quais o acordo se aplica, pois não houve uma baixa legal nem o passivo original foi substancialmente modificado no momento em que o fornecedor entrar no acordo. Os montantes antecipados por parte dos fornecedores continuam sendo registrados pela Companhia sob a rubrica “Fornecedores”, porque a natureza e a função do passivo financeiro permanecem os mesmos de outras contas a pagar.

Os pagamentos efetuados ao banco quando do vencimento original dos títulos são incluídos nos fluxos de caixa operacionais porque continuam a fazer parte do ciclo operacional da Companhia e sua natureza principal permanece sendo pagamentos por compra de insumo.

c) Fornecedores partes relacionadas

Para compor o saldo consolidado foram eliminados os valores referentes as transações *intercompany* com controladas do grupo econômico. A segregação dos saldos com partes relacionadas e com terceiros está abaixo demonstrada:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Partes relacionadas				
Fornecedores nacionais	-	-	7.011	10.283
Fornecedores de importados	448.846	505.846	430.208	478.466
Total de fornecedores partes relacionadas (nota 32)	448.846	505.846	437.219	488.749
Não relacionados	600.056	713.760	583.325	580.164
Total de fornecedores	1.048.902	1.219.606	1.020.544	1.068.913



15. Financiamentos e empréstimos

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais dos empréstimos com juros, que são mensurados pelo custo amortizado. Para mais informações sobre a exposição do grupo a riscos de taxa de juros, moeda estrangeira e liquidez, veja nota explicativa nº 25.

				Consolidado		Controladora	
Financiamentos / Credores	Indexador	Juros	Venc.	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Em moeda nacional							
BNDES	IPCA/SELIC/TR	1,55% a 3,54% a.a.	mar/34	323.452	250.542	323.452	250.542
FINEP	TR	3% a.a.	jun/29	117.099	147.759	117.099	147.759
Debêntures	CDI	1,5% a.a.	out/29	410.699	509.902	410.699	509.902
Capital de Giro	CDI	4,78% a.a.	jun/25	-	523	-	-
Em moeda estrangeira							
Capital de Giro – COP	IBR	0,50% a 3,00% a.a.	out/27	20.675	14.790	-	-
				871.925	923.516	851.250	908.203
Circulante				251.163	211.119	235.880	202.663
Não circulante				620.762	712.397	615.370	705.540

Garantias

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui os seguintes montantes oferecidos em garantia dos financiamentos e empréstimos:

Imobilizado	80.128
Carta fiança	125.431
	205.559

O custo total de contratação das cartas fiança vigentes em 31 de dezembro de 2025 foi de 0,35% a.a (0,33% a.a em 31 de dezembro de 2024), sendo registrado em "Outros créditos" e apropriados ao resultado pela competência de acordo com sua vigência como "Despesas financeiras". A Companhia reconheceu no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 o total de R\$507 (R\$750 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024), referente à despesa financeira para contratação dessa modalidade de garantia.

A movimentação dos financiamentos e empréstimos é assim demonstrada:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	923.516	914.015	908.203	882.716
Captações, líquidas dos custos de transações	224.618	131.609	204.747	94.792
Juros e variação cambial	100.432	87.837	97.140	82.344
Amortização do principal	(290.149)	(131.320)	(274.637)	(75.754)
Pagamento de juros	(86.492)	(78.625)	(84.203)	(75.895)
Saldo final	871.925	923.516	851.250	908.203



Os termos e condições dos empréstimos em aberto estão apresentados a seguir:

a) BNDES - Programa de Sustentação de Investimento

São recursos disponibilizados pelo BNDES direcionados para investimentos em pesquisa, desenvolvimento e inovação de produtos. Após a comprovação da aplicação de recursos em investimentos, o BNDES concede à Companhia empréstimo equivalente a até 80% dos recursos investidos. Os pagamentos são mensais e, durante o período de carência, a liquidação dos juros ocorre trimestralmente. O pagamento do principal ocorre conforme detalhado abaixo:

PSI – Inovação 2023: O principal da dívida será pago em 96 prestações mensais e sucessivas, vencendo a primeira em 15 de abril de 2026, e a última em 15 de março de 2034.

PSI – Inovação 2021: O principal da dívida será pago em 96 prestações mensais e sucessivas, vencendo a primeira em 15 de janeiro de 2024, e a última em 15 de dezembro de 2031.

PSI - Inovação 2018: O principal da dívida será pago em 87 prestações mensais e sucessivas, vencendo a primeira em 15 de abril de 2020, e a última em 15 de agosto de 2027.

b) BNDES – FUST Comercialização

No dia 29 de janeiro de 2025, a Companhia firmou um contrato de financiamento com o BNDES com a finalidade de obter recursos destinados a comercialização de máquinas e equipamentos, a fim de promover a expansão, o uso, a melhoria da qualidade das redes e dos serviços de telecomunicações, além de fortalecer os fornecedores locais de tecnologia. Os recursos provenientes do crédito deverão ser aplicados, exclusivamente, em itens elegíveis para a utilização do fundo.

Cada parcela de crédito liberada será considerada um subcrédito e terá seus próprios prazos de carência e amortizações. As captações serão realizadas até março/2027, conforme andamento do projeto, com carência de até 12 meses para iniciar as amortizações após as disponibilizações dos recursos. Na sequência, as liquidações de cada subcrédito ocorrerão em até 60 meses, com remuneração atrelada a TR mais spread de 2,7% a.a.

O valor total do contrato é de R\$200.000, sendo que durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 a Companhia já realizou a captação de R\$51.697.

c) Finep – Financiadora de Estudos e Projetos

A linha de Financiamento Reembolsável tem por definição o apoio aos Planos de Investimentos Estratégicos em Inovação das empresas brasileiras disponibilizado pela FINEP. O objetivo do financiamento é custear, parcialmente, despesas incorridas na elaboração e execução do projeto "Programa Intelbras de comunicação unificada e atualização tecnológica para internacionalização da empresa". O contrato possui carência de 36 meses. O principal da dívida está sendo pago em 85 prestações mensais e sucessivas, sendo que o primeiro vencimento ocorreu em 15 de junho de 2022, e o último vencimento ocorrerá em 15 de junho de 2029.

No dia 23 de dezembro de 2025, a Companhia firmou um novo contrato com o FINEP, com o objetivo de custear, parcialmente, despesas incorridas na elaboração e execução do "Plano Estratégico de Inovação (PEI)" aprovado pelo FINEP. O crédito concedido será no valor de R\$ 100.000, sendo captado conforme cronograma de desembolso, com carência de 36 meses até o vencimento da primeira parcela de amortização. O principal da dívida será pago em 205 prestações mensais e sucessivas com primeiro vencimento previsto para 15 de dezembro de 2028, com remuneração do principal atrelada a TR mais spread de 3,7% a.a.





d) Debêntures

No dia 21 de outubro de 2022 (data de emissão), com a liquidação realizada em 27 de outubro de 2022, a Companhia realizou a 3ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, nos termos da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009 (regida atualmente pela Resolução da CVM nº 160, de 14 de julho de 2022), conforme alterada e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição para captação de R\$ 500 milhões.

Foram emitidas 500.000 (quinhentas mil) Debêntures, com valor nominal unitário de R\$1 (mil reais) cada na data de emissão. Os recursos serão destinados da seguinte forma: (a) 50% (cinquenta por cento) ao reembolso de despesas incorridas, no âmbito do "Plano de Investimentos no Período de 2020 a 2022" da Companhia e relacionadas a itens financiados para expansão da capacidade produtiva, melhorias organizacionais e aquisição de materiais; e (b) 50% (cinquenta por cento) ao reforço de caixa.

As debêntures possuem prazo de pagamento de 7 anos contados da data de emissão vencendo-se, portanto, em 21 de outubro de 2029 (Data de Vencimento). O primeiro pagamento do Valor Nominal Unitário foi realizado em 21 de abril de 2025, sendo realizadas amortizações semestrais até a Data de Vencimento. Os juros remuneratórios das Debêntures são de 100% da CDI + 1,5% a.a., pagos sempre no dia 21 dos meses de abril e outubro de cada ano, iniciando os pagamentos em 21 de abril de 2023 até último pagamento na Data de Vencimento.

Os custos de transação relacionadas a emissão totalizaram R\$2.653 mil e serão apropriados no decorrer da vigência das debêntures.

e) Capital de giro - USD

No dia 04 de abril de 2025 a Companhia celebrou um contrato de financiamento no montante de USD14.324 (R\$83.000) com intuito de obter capital de giro para o exercício de 2025, sendo lastreado em importações realizadas nos últimos meses. A liquidação do financiamento ocorreu em uma única parcela em dezembro de 2025.

f) Capital de giro - COP

Em 31 de dezembro de 2025, a controlada Allume possui empréstimos para capital de giro no montante de R\$20.675 e sem aplicações financeiras dadas em garantia.

g) Covenants

Os contratos com o BNDES possuem cláusulas de compromisso relacionadas a indicadores de endividamento/ativo (<75%) e dívida líquida/EBITDA ($\leq 2,5$) ("covenants").

As Debêntures emitidas em 21 de outubro de 2022, com a liquidação realizada em 27 de outubro de 2022, requerem manutenção de índices financeiros "covenants", apurados anualmente com base nas demonstrações financeiras consolidadas e auditadas da Companhia, conforme quocientes das divisões detalhadas a seguir:

- (a) razão entre a Dívida Líquida / EBITDA da Companhia deverá ser igual ou inferior a 2,50x; e
- (b) razão entre a Dívida Líquida / Ativo Total da Companhia deverá ser igual ou inferior a 0,17x.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia e suas controladas cumpriram integralmente todas as cláusulas restritivas relacionadas aos empréstimos e financiamentos.





O cronograma de desembolso do principal dos empréstimos e financiamentos de longo prazo, está programado da seguinte forma:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
2026	-	178.227	-	173.641
2027	186.052	171.570	186.052	169.299
2028	175.287	158.709	170.990	158.709
2029 a 2034	259.423	203.891	258.328	203.891
	620.762	712.397	615.370	705.540

16. Salários, encargos e participações a pagar

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Salários	16.313	18.214	14.675	16.254
Encargos sociais	14.198	15.125	12.739	13.368
Férias e encargos a pagar	45.945	50.755	41.086	44.922
Participação nos lucros	31.487	36.364	29.678	34.308
Outros	1.399	1.330	1.146	1.085
	109.342	121.788	99.324	109.937

17. Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos, que se encontram em diversas instâncias, referentes a questões tributárias, cíveis e trabalhistas oriundas do curso normal de seu negócio. Com base na opinião de seus advogados, a Administração da Companhia mantém o registro da provisão para cobrir eventuais perdas que possam advir de desfechos desfavoráveis nessas ações (avaliadas com risco de perda provável). Na data das demonstrações financeiras anuais individuais e consolidadas, a Companhia apresentava os seguintes passivos, e correspondentes depósitos judiciais, relacionados a esses processos.

a. Composição da provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Trabalhistas	1.360	3.078	1.263	2.912
Cíveis	2.443	5.883	2.443	1.719
Tributárias	16.581	11.735	15.224	10.539
	20.384	20.696	18.930	15.170
Circulante	1.913	1.767	1.913	1.677
Não circulante	18.471	18.929	17.017	13.493

Movimentação da provisão

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Saldo ao início do exercício	20.696	21.561	15.170	16.182
Incorporação de controlada	-	680	4.619	-
Adições, líquidas de reversões	3.028	3.522	2.412	3.321
Baixas	(3.340)	(5.067)	(3.271)	(4.333)
Saldo ao final do exercício	20.384	20.696	18.930	15.170

Trabalhistas

Relativas a processos movidos por ex-funcionários da Companhia e de empresas prestadoras de serviços. A principal discussão está relacionada a reconhecimento de vínculo, o pagamento de férias, DSR sobre comissões e diferenças salariais.



Cíveis

Relativas a processos de discussões gerais de cobrança, indenizações e execução, bem como, processos judiciais discutindo questões de natureza comercial relacionadas a reclamações de consumidores sobre produtos fornecidos pela Companhia. Nenhuma causa cível foi considerada individualmente relevante.

Tributárias

As principais discussões tributárias estão relacionadas aos processos de Classificação Fiscal de Mercadorias (NCM) de partes e peças importadas para industrialização, conforme processo produtivo definido. O entendimento do Fisco federal para este tópico é para o enquadramento como produto acabado. O processo está aguardando julgamento do recurso voluntário pelo CARF.

Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

As causas com probabilidade de perda possível estão distribuídas nas áreas trabalhistas, cível e tributária, sendo os principais temas de natureza tributária e cível, conforme seguem:

- Auto de infração questionando a classificação fiscal da importação de displays de LCD;
- Auto de infração questionando a tributação do PIS e COFINS sobre crédito presumido de ICMS;
- Auto de infração exigindo o estorno de créditos de IPI na venda de produtos importados para a Zona Franca de Manaus e Amazônia Ocidental;
- Auto de infração questionando a classificação fiscal da importação de detectores de fumaça eletrônicos.
- Discussão judicial envolvendo prestação de serviços e fornecimento de materiais.

Não há processos individualmente relevantes de natureza trabalhista.

Seguem valores envolvidos:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Trabalhistas	19.279	10.203	21.775	9.568
Cíveis	22.083	6.498	18.535	4.754
Tributárias	67.185	52.472	66.434	41.571
	108.547	69.173	106.744	55.893

b. Ativos contingentes

Os valores dos ativos contingentes considerados como ganhos possíveis pelos assessores jurídicos da Companhia não foram contabilizados, sendo distribuídos nas áreas cível e tributária, conforme demonstrado abaixo:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Cíveis	47.653	34.248	44.630	30.228
Tributárias	64.602	122.272	60.663	109.923
	112.255	156.520	105.293	140.151

Sendo os principais temas:

- Mandado de segurança impetrado com o objetivo de garantir a não incidência normativa da TJLP1999 para apuração dos JCP, uma vez que a incidência constitui afronta aos princípios da inconstitucionalidade e ilegalidade, bem como violação aos princípios da capacidade contributiva e não-confisco. Em recente decisão judicial, foi proferida sentença que julgou procedente os pedidos, declarando o direito de a parte autora efetuar o cálculo dos juros sobre o capital próprio, em relação aos exercícios financeiros de 2021 em diante, com base na TLP (Taxa de Longo Prazo);



- A Companhia discute judicialmente a cobrança de valores referentes a relação de distribuidor, em decorrência do fornecimento de produtos da marca Intelbras. No processo foi reconhecido, em reconvenção, o direito da Intelbras de ter satisfeito o débito objeto do contrato de confissão de dívida firmado com as partes;
- Mandado de segurança impetrado com o objetivo de garantir o direito de a Companhia excluir o ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS considerando a repercussão econômica da metodologia de cálculo “por dentro”;
- Cumprimento de sentença em ação de cobrança que condenou distribuidores a pagar valores de notas fiscais em aberto;
- Mandado de segurança impetrado com o objetivo de afastar as limitações à dedução em dobro das despesas com alimentação da base do IRPJ.

c. Composição dos depósitos judiciais:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Trabalhistas	983	2.869	785	2.655
Fiscal	2.322	2.251	2.322	2.252
	3.305	5.120	3.107	4.907

18. Provisão de Garantias

A Companhia oferece garantias para seus produtos por defeitos de fabricação, sendo assegurado o reparo via rede autorizada, troca expressa ou conserto dos produtos. Com intuito de realizar a cobertura destes gastos, a Companhia reconhece uma provisão quando os produtos são vendidos, baseando-se em dados históricos de garantia e uma ponderação de todas as probabilidades de desembolsos.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram reconhecidas despesas relacionadas a provisão de garantias, líquidas entre adições e reversões, que resultaram no montante de reversões de R\$8.600 (adições de R\$8.180 em 31 de dezembro de 2024) no consolidado e reversões de R\$4.443 (adições de R\$4.955 em 31 de dezembro de 2024) na controladora.

Além disso, conforme nota nº 1.2, foram incorporados na Controladora os saldos relacionados a provisão de garantia registrado na Renovigi na data da incorporação.



19. Obrigações por aquisição de empresa

A Companhia possui passivos referentes à aquisição de participação societária em empresas controladas. As obrigações estão segregadas entre “Contas a pagar por aquisição de empresas” (custo amortizado), no valor de R\$ 13.254 atualizados mensalmente pela variação do CDI e a “Obrigação por compra de quotas” (valor justo por meio do resultado), no valor de R\$ 11.036 atualizada pela projeção de atendimento de meta de crescimento do valor nominal do Ebitda da adquirida Khomp. Os saldos, bem como as movimentações estão apresentados a seguir:

	Seventh Ltda.	Khomp Ind. e Com. Ltda.	Renovigi Energia Solar Ltda.	Allume S.A.S.	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.535	25.348	2.101	5.559	34.543
Juros	77	1.061	-	-	1.138
Atualizações valor justo de opções de compras	-	(2.272)	-	-	(2.272)
Variação cambial	-	-	-	1.420	1.420
Pagamentos juros	-	-	(466)	-	(466)
Pagamento principal	(1.612)	-	(1.635)	(5.020)	(8.267)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	24.137	-	1.959	26.096
Juros	-	1.552	-	-	1.552
Atualizações valor justo de opções de compras	-	(2.269)	-	-	(2.269)
Variação cambial	-	-	-	(247)	(247)
Pagamento principal	-	-	-	(842)	(842)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	-	23.420	-	870	24.290
Saldos em 31 de dezembro 2024					
Circulante	-	-	-	979	979
Não circulante	-	24.137	-	980	25.117
Saldos em 31 de dezembro 2025					
Circulante	-	12.384	-	870	13.254
Não circulante	-	11.036	-	-	11.036

20. Outras contas a pagar

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Adiantamentos de clientes	32.942	65.886	31.836	61.779
Receita antecipada	-	7.277	-	-
Acordos comerciais	29.472	18.796	29.472	18.796
Plano ILP (nota explicativa nº 32)	4.946	4.698	4.946	4.698
Provisões para despesas operacionais	29.197	16.577	29.118	16.472
Demais contas a pagar	21.937	16.837	15.904	10.738
	118.494	130.071	111.276	112.483
Circulante	104.722	115.669	98.931	98.086
Não circulante	13.772	14.402	12.345	14.397

21. Patrimônio líquido

a. Capital social

No dia 29 de abril de 2025, por meio de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (“AGOE”), os acionistas da Companhia deliberaram pelo aumento do capital social mediante a capitalização de R\$300.000 do saldo da Reserva de Investimentos, sem a emissão de novas ações.

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social da Companhia é de R\$ 2.000.000 (R\$1.700.000 em 31 de dezembro de 2024), representado por 327.611.110 ações ordinárias.



b. Gastos com emissão de ações

Os gastos com emissão de ações referem-se a custos de transação tais como: gastos com elaboração de prospecto e relatórios; remuneração de serviços profissionais de terceiros; gastos com publicidade; taxas e comissões; custos de transferência; e custos de registro. Tais gastos foram registrados líquidos dos efeitos do imposto de renda e contribuição social.

c. Reservas de lucros

(i) *Reserva Legal*

Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado no exercício, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo da reserva legal é de R\$ 183.215 (R\$ 159.077 em 31 de dezembro de 2024).

(ii) *Incentivos fiscais*

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o montante de R\$ 3.099 registrado na reserva de incentivos fiscais refere-se à redução de IRPJ relacionado ao incentivo da área de atuação da superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), destinada a reserva de incentivos fiscais em 2023.

(iii) *Reserva de investimentos*

Constituída com a finalidade de reforçar o capital de giro e viabilizar investimentos e o desenvolvimento das atividades da Companhia e suas controladas. Além disso, há a possibilidade de utilização desta reserva para aumento de capital e distribuição de dividendos.

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo da reserva de investimentos é de R\$ 834.416 (R\$ 1.105.402 em 31 de dezembro de 2024).

d. Recompra de ações

No dia 27 de setembro de 2024 o Conselho de Administração aprovou a abertura de um Programa de Recompra de Ações ordinárias de emissão da Companhia. O programa autoriza aquisições até o limite de 400.000 ações ordinárias em um prazo máximo de 18 meses, contados a partir de 30/09/2024, expirando-se em 30/03/2026.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia realizou a recompra de 282.770 ações ordinárias, ao custo médio de R\$13,07 por ação.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui 329.500 ações ordinárias em tesouraria no montante de R\$ 4.430 (Em 31 de dezembro de 2024, 46.730 ações ordinárias no montante R\$ 733).

e. Ajuste de avaliação patrimonial

Em 2010 a Companhia optou pela adoção do custo atribuído para os principais bens do ativo imobilizado.





Em abril de 2021, como parte do acordo de cotistas entre a Companhia e os sócios não controladores da Khomp Indústria e Comércio Ltda. (adquirida), uma opção de venda ("put") e compra ("call") foi emitida, que poderá resultar em uma aquisição pela Companhia das cotas remanescentes. A opção de venda detida pelos não controladores foi reconhecida no passivo não circulante com efeito na rubrica de "Ajuste de avaliação patrimonial" pelo valor de R\$25.896.

f. Ajustes acumulados de conversão

Compreendem diferenças de moeda estrangeira decorrentes da conversão das demonstrações financeiras das subsidiárias no exterior.

g. Remuneração aos acionistas

Em 25 de fevereiro de 2025, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o pagamento de dividendos adicionais no valor de R\$60.421, sendo integralmente pago no dia 17 de março de 2025, em conjunto com o dividendo mínimo obrigatório apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

No dia 28 de julho de 2025, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o pagamento de dividendos intercalares no valor total de R\$69.294, com base no lucro líquido apurado durante o período de seis meses findo em 30 de junho de 2025, sendo imputados aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício findo em 31 de dezembro de 2025. O pagamento aos acionistas ocorreu no dia 15 de agosto de 2025, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

No dia 10 de dezembro de 2025, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o pagamento de dividendos intercalares no valor total de R\$300.000, dos quais R\$ 45.365 foram imputados aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2025 e R\$ 254.635 consumidos da reserva de investimentos, conforme previsto no Estatuto Social da Companhia. O pagamento aos acionistas ocorreu no dia 23 de dezembro de 2025.

No quadro a seguir são demonstradas as movimentações na conta de JSCP/dividendos a distribuir durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025:

Consolidado	
Cálculo dos dividendos	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	45.702
(+) Dividendos aprovados	119.456
(+) Dividendos mínimos obrigatórios 2024	29.505
(-) Dividendos pagos	(119.456)
(+) JSCP aprovados	40.357
(-) IRRF s/ JSCP aprovados	(5.137)
(-) JSCP Pagos	(80.922)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	29.505
(+) Dividendos aprovados com base em reservas de lucros	315.056
(+) Dividendos mínimos obrigatórios 2025	114.659
(-) Dividendos pagos	(459.220)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	-

h. Participação de acionistas não controladores

Refere-se à participação acionária de terceiros, correspondente a 25% no capital social da controlada Khomp Indústria e Comércio Ltda e 45% da controlada Allume Holding S.A.S, acrescida das mais valias oriundas das combinações de negócios.



22. Resultado por ação

O objetivo do cálculo do resultado por ação é de permitir comparações de desempenho entre diferentes companhias no mesmo exercício, bem como para a mesma companhia em exercícios diferentes.

	31/12/2025	31/12/2024
Numerador:		
Lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas controladores	482.772	528.934
Denominador:		
Média ponderada do número de ações ordinárias, líquida das ações em tesouraria	327.422.350	327.607.049
Denominador:		
Denominador para resultado básico e diluído por ação	327.422.350	327.607.049
Lucro básico e diluído por ação (em Reais – R\$)		
Lucro básico e diluído por ação ordinária	1,47	1,61

Não há, na data em 31 de dezembro de 2025, instrumentos de patrimônio com efeito de diluição do capital.

23. Incentivos fiscais

	Data de Vencimento	Consolidado		Controladora	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Crédito financeiro – Lei N.º 13.969/2019 (i)	31/12/2029	123.331	138.126	121.921	136.545
ICMS – Estado do Amazonas (ii)	31/12/2032	179.976	183.067	179.976	183.067
ICMS – Estado de Santa Catarina (iii)	31/12/2032	123.634	153.837	118.740	148.375
ICMS – Estado de Minas Gerais	31/12/2032	24.601	30.772	24.601	30.772
ICMS – Estado de Pernambuco	31/12/2032	8.121	8.854	8.121	8.854
		459.663	514.656	453.359	507.613

- (i) A Lei N.º 13.969/2019, alterou o regime de incentivos implementado pela Lei N.º 8.248/1991, usualmente conhecida como “Lei de Informática”. Agora denominada Lei das empresas do setor de Tecnologias da Informação e Comunicação (“Lei das TICs”), autoriza as empresas beneficiadas a usufruírem de um crédito financeiro em substituição ao benefício de redução do IPI, presente na legislação anterior. O crédito financeiro será convertido em créditos federais, obtidos por meio de um multiplicador sobre os investimentos em Pesquisas, Desenvolvimento e Inovações (PD&I) realizados pelas indústrias de bens de informática que corresponde a 4% do seu faturamento bruto no mercado interno, decorrente da comercialização de bens e serviços de informática, incentivados na forma desta Lei. O valor deste benefício é reconhecido na rubrica “Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas”, na demonstração do resultado.
- (ii) Por meio da Lei N.º 2.826/2003, é permitida a utilização de crédito estímulo do ICMS autorizado em Projeto aprovado com o Estado do Amazonas que relaciona os produtos beneficiados.
- (iii) Regulamento do ICMS/SC – Decreto N.º 2.870/2001, permite a redução na base de cálculo do ICMS nas operações internas com equipamentos de automação, informática e telecomunicações, ficando facultado aplicar diretamente o percentual de 12% sobre a base de cálculo integral. Este mesmo regulamento permite a utilização de crédito presumido do ICMS nas operações com produtos enquadrados na Lei Federal de Informática N.º 8.248/91, a qual dispõe sobre a capacitação e competitividade do setor de informática e automação.



24. Imposto de renda e contribuição social

a. Composição dos tributos diferidos (imposto de renda e contribuição social)

A Companhia e suas controladas possuem créditos tributários decorrentes dos prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de contribuição social de exercícios anteriores, sem prazo de prescrição, e das adições e exclusões temporárias. As bases de cálculo dos impostos diferidos estão demonstradas a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Diferenças temporárias				
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	19.059	15.604	18.930	15.372
Provisão para garantias	69.388	78.738	68.732	24.198
Provisão para estoques obsoletos	77.233	49.584	72.078	43.913
Provisão para perda esperada para risco de crédito (*)	30.714	16.475	30.714	15.484
Provisões para despesas operacionais	29.197	16.577	29.118	16.472
Ágio (**)	(33.366)	(33.366)	(33.366)	(33.366)
Mais valia a amortizar	(28.149)	(141.600)	-	-
Mais valia amortizada dedutível após incorporação	52.493	-	52.493	-
Diferença de depreciação fiscal x contábil (vida útil)	(49.179)	(31.067)	(48.270)	(31.067)
Custo atribuído e revisão da vida útil dos bens do imobilizado	(37.390)	(37.533)	(37.390)	(37.533)
Efeitos de reconhecimento de receita - CPC 47 (IFRS 15)	22.275	66.635	22.275	65.792
Provisão para verbas comerciais	7.149	8.757	7.149	8.757
AVP - clientes, estoques e fornecedores	37.510	38.701	37.510	38.753
Operações com derivativos - Hedge	(2.995)	(28.915)	(3.952)	(23.845)
Outros	15.563	11.917	16.889	3.539
Total diferenças temporárias	209.502	30.507	232.910	106.469
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social diferido	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social diferido sobre diferenças temporárias	71.231	10.372	79.189	36.199
Prejuízo fiscal e base negativa				
Prejuízo fiscal	80.237	203.892	53.350	33.437
Alíquota do imposto de renda diferido	25%	25%	25%	25%
Imposto de renda diferido sobre prejuízo fiscal	20.059	50.973	13.338	8.359
Base negativa	129.530	245.574	102.643	75.119
Alíquota da contribuição social diferida	9%	9%	9%	9%
Contribuição social diferido sobre base negativa	11.658	22.102	9.238	6.761
Tributos diferidos				
Imposto de renda diferido	72.435	58.600	71.565	34.976
Contribuição social diferida	30.513	24.847	30.200	16.343
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota nominal	102.948	83.447	101.765	51.319

(*) Parte do valor da provisão para perdas com clientes é formada por títulos que já preenchem os requisitos para dedutibilidade e foram considerados como dedutíveis.

(**) O ágio pago quando da aquisição de empresas foi amortizado fiscalmente a partir do momento em que as Empresas adquiridas foram incorporadas. O imposto de renda e a contribuição diferidos foram constituídos na medida que a amortização fiscal ocorreu. Sendo que na presente data o ágio fiscal encontra-se integralmente amortizado.



Intelbras S.A. – Indústria de Telecomunicação Eletrônica Brasileira

Notas explicativas às demonstrações financeiras anuais

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

intelbras

Os tributos diferidos estão apresentados líquidos entre ativos e passivos, conforme CPC 32 (IAS 12) – Tributos sobre o lucro, quando os referidos tributos correspondem às mesmas entidades tributárias e há o direito executável e a intenção da Administração da Companhia de liquidá-los pelo valor líquido.

As estimativas de realização dos créditos tributários da Companhia e suas controladas, decorrentes de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, estão respaldadas em projeções de lucro tributável da Companhia e de suas controladas, aprovadas pela Administração, a saber:

	Consolidado 31/12/2025	Controladora 31/12/2025
2026	4.761	4.016
2027	7.317	6.552
2028	7.986	7.201
2029	4.672	3.811
Após 2029	6.981	996
	31.717	22.576

As premissas utilizadas nas projeções de resultados operacionais e financeiros e o potencial de crescimento da Companhia e suas controladas foram baseados nas expectativas da Administração em relação ao futuro da Companhia e suas controladas. Com base nessas projeções, a Companhia realiza uma avaliação da probabilidade de geração de lucros tributáveis no futuro contra os quais os prejuízos fiscais possam ser utilizados.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, após realizadas as avaliações, a Companhia concluiu que permanece sendo provável que a Controladora e suas subsidiárias irão gerar lucros tributáveis no futuro e, conseqüentemente, realizar os tributos diferidos sobre prejuízos fiscais.

b. Conciliação das despesas do imposto de renda e contribuição social

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	480.189	514.835	453.244	522.674
Equivalência patrimonial	-	-	(22.658)	1.019
Juros sobre o capital próprio	-	(40.357)	-	(40.357)
Incentivos fiscais	(459.663)	(514.656)	(453.359)	(507.613)
Diferido s/ mais valia amortizada constituído após incorporação	(52.493)	-	(52.493)	-
Pesquisa e inovação tecnológica Lei nº 11.196/05	(1.048)	(2.186)	-	-
Provisão para perdas de crédito esperadas	14.088	-	14.185	-
Outros	8.504	2.432	(25.767)	5.866
	(10.423)	(39.932)	(86.848)	(18.411)
Alíquota combinada do IRPJ/CSLL	34%	34%	34%	34%
IRPJ/CSLL pela alíquota nominal	3.544	13.577	29.528	6.260
Alíquota nominal				
Corrente	(15.856)	(3.377)	-	-
Diferido	19.400	16.954	29.528	6.260
IRPJ/CSLL pela alíquota nominal	3.544	13.577	29.528	6.260
Alíquota efetiva	0,74%	2,64%	6,52%	1,20%



25. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

1. Gerenciamento de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos constantes na data do balanço foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgadas em notas explicativas específicas.

A Companhia e suas controladas podem estar expostas, em virtude de suas atividades, aos seguintes riscos financeiros:

- Riscos de crédito;
- Riscos de liquidez;
- Riscos de mercado;
- Risco de taxa de juros;
- Risco de taxa de câmbio;
- Riscos operacionais.

(i) Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de seus clientes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros.

Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de seus clientes, assim administra o risco de crédito por meio de um programa de qualificação e concessão de crédito, e opta por complementar a gestão de riscos por meio da contratação de seguro de crédito. A Companhia possui, ainda, a provisão para perda de crédito esperada, no consolidado no montante de R\$63.453 em 31 de dezembro de 2025 (R\$45.092 em 31 de dezembro de 2024) e na controladora R\$60.281 em 31 de dezembro de 2025 (R\$40.639 em 31 de dezembro de 2024), para fazer face ao risco de crédito.

Para as aplicações financeiras e depósitos em instituições financeiras a Administração da Companhia, através de sua tesouraria, monitora informações de mercado sobre suas contrapartes a fim de identificar potenciais riscos de crédito. Os valores contábeis dos principais ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco de crédito na data das demonstrações financeiras estão demonstrados a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Conta corrente bancária	126.816	62.407	114.894	46.823
Aplicações financeiras	943.958	825.562	917.366	651.291
Títulos e valores mobiliários	13.086	10.973	12.384	10.833
Contas a receber de clientes	1.265.422	1.320.917	1.224.854	1.315.713
	2.349.282	2.219.859	2.269.498	2.024.660

**(ii) Risco de liquidez**

Decorre da possibilidade de redução dos recursos destinados para pagamentos de dívidas.

A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Adicionalmente, a Companhia mantém saldos em aplicações financeiras passíveis de resgate a qualquer momento para cobrir eventuais descasamentos entre a data de maturidade de suas obrigações contratuais e sua geração de caixa.

A Companhia investe o excesso de caixa em ativos financeiros com incidência de juros (nota explicativa nº 5) escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem de segurança conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

Na data do balanço os equivalentes de caixa mantido pela Companhia possuem liquidez imediata e são considerados suficientes para administrar o risco de liquidez.

A seguir demonstramos o cronograma de amortização dos passivos financeiros não derivativos no consolidado conforme as condições contratuais. O fluxo apresentado não foi descontado e inclui os juros e atualização pelos indexadores contratuais com base nas respectivas taxas projetadas na data do balanço, publicadas pelo Boletim Focus do Banco Central do Brasil:

	31/12/2025			
	Até um ano	De um a três anos	Mais de 3 anos	Total
Fornecedores	791.992	-	-	791.992
Fornecedores risco sacado	270.622	-	-	270.622
Contas a pagar por aquisição de empresa	13.839	14.950	-	28.789
Financiamentos e empréstimos	285.309	638.261	148.053	1.071.623
	1.361.762	653.211	148.053	2.163.026

	31/12/2024			
	Até um ano	De um a três anos	Mais de 3 anos	Total
Fornecedores	894.227	-	-	894.227
Fornecedores risco sacado	346.036	-	-	346.036
Contas a pagar por aquisição de empresa	979	26.309	-	27.288
Financiamentos e empréstimos	260.802	776.994	321.352	1.359.148
	1.502.044	803.303	321.352	2.626.699

(iii) Risco de mercado

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos insumos utilizados no processo de produção, principalmente do segmento eletroeletrônico. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nos custos da Companhia. Para mitigar esses riscos, a Companhia gerencia os estoques pela formação de estoques reguladores desta matéria-prima.

Adicionalmente, há o contrato por compra de ações conforme mencionado na nota explicativa nº 21 (e), que poderá variar a depender do atingimento de certas metas relacionadas ao EBITDA das operações da adquirida.

Conforme informado no pronunciamento técnico CPC 40 (R1) (IFRS 7) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação, destacamos nos itens a seguir, (iv) e (v), os riscos variáveis de mercado, e suas respectivas análises de sensibilidade, que a Companhia está sujeita nas suas operações.



Intelbras S.A. – Indústria de Telecomunicação Eletrônica Brasileira

Notas explicativas às demonstrações financeiras anuais

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

intelbras

(iv) Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos, e em determinadas circunstâncias, são efetuadas operações de proteção para reduzir o custo financeiro das operações. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui operações de Contratos a Termo de Moedas apenas.

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Instrumentos com taxa de juros variável				
Títulos e valores mobiliários	13.086	10.973	12.384	10.833
Financiamentos e empréstimos	(871.925)	(923.516)	(851.250)	(908.203)
Contratos a termo	2.995	28.815	3.952	23.845

(v) Risco de taxa de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras, principalmente o dólar norte-americano, utilizadas pela Companhia para a aquisição de insumos, a venda de produtos e a contratação de instrumentos financeiros, além de outros valores a pagar e a receber em moedas estrangeiras. A Companhia avalia constantemente a contratação de operações de proteção para mitigar esses riscos, conforme demonstrado na nota explicativa nº 25.2, com isso se protegendo de oscilações na variação cambial e não expondo na totalidade os saldos em moedas estrangeiras.

A seguir são apresentadas as exposições da Companhia ao risco de taxa de câmbio, adicionando o valor *nocional* dos contratos de derivativos firmados, obtendo, assim, a exposição líquida as moedas estrangeiras em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 (apresentado em reais):

	31/12/2025					
	Moeda estrangeira					
	Dólar US\$	COP \$	Euro €	Yen ¥	Ren ¥	Total
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	157.200	2.920	22	-	3.770	163.912
Contas a receber de clientes	26.612	20.841	-	-	-	47.453
Passivo						
Fornecedores	(894.415)	(1.040)	(6)	(34)	(77.132)	(972.627)
Financiamentos e empréstimos	-	(20.675)	-	-	-	(20.675)
Total da exposição	(710.589)	2.046	16	(34)	(73.362)	(781.923)
Contratos a termo – NDF (<i>Nocional</i>)	450.620	-	-	-	-	450.620
Exposição líquida	(259.969)	2.046	16	(34)	(73.362)	(331.303)

	31/12/2024					
	Moeda estrangeira					
	Dólar US\$	COP \$	Euro €	Yen ¥	Ren ¥	Total
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	121.062	6.501	23	-	2.912	130.498
Contas a receber de clientes	34.024	19.069	-	-	801	53.894
Passivo						
Fornecedores	(1.017.822)	(2.350)	(253)	(5.499)	(81.071)	(1.106.995)
Financiamentos e empréstimos	-	(14.790)	-	-	-	(14.790)
Total da exposição	(862.736)	8.430	(230)	(5.499)	(77.358)	(937.393)
Contratos a termo – NDF (<i>Nocional</i>)	481.507	-	-	-	-	481.507
Exposição líquida	(381.229)	8.430	(230)	(5.499)	(77.358)	(455.886)

A Administração avalia que as exposições ao risco cambial são aceitáveis para suas operações.



Com a finalidade de verificar a sensibilidade da variação cambial das contas com saldo em moeda estrangeira, ao qual a Companhia e as controladas estavam expostas na data base de 31 de dezembro de 2025, a Companhia utiliza 05 cenários diferentes com variações de 5% e 10%, de redução e de aumento em relação a taxa base, sendo utilizada a taxa esperada para os próximos 12 meses. Adicionalmente, estas variações correspondem a expectativa com base na amplitude de variação das taxas de dólar, moeda estrangeira a qual possui maior relevância nos saldos da Companhia, dos 12 meses anteriores a data base.

Para cada cenário foi calculada a respectiva despesa e receita de variação cambial considerando apenas os valores em dólar, dado sua relevância. A data base da carteira foi 31 de dezembro de 2025 e a cotação do dólar utilizado na projeção foi de R\$5,50.

	(Despesa)/Receita				
	Cenário I -10%	Cenário II -5%	Cenário Provável	Cenário III +5%	Cenário IV +10%
Caixa e equivalentes de caixa	(15.782)	(7.925)	(69)	7.788	15.645
Contas a receber de clientes	(2.672)	(1.342)	(12)	1.318	2.648
Fornecedores	89.791	45.091	390	(44.310)	(89.011)
Instrumentos financeiros derivativos	(45.239)	(22.718)	(197)	22.325	44.846
	26.098	13.106	112	(12.879)	(25.872)

(vi) Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia, cybersegurança e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia. O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos é atribuída à alta administração.

2. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo. Os instrumentos financeiros derivativos da Companhia são registrados ao seu valor justo e estão assim sumariados:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativo				
Contratos a termo – NDF	2.995	28.815	3.952	23.845
	2.995	28.815	3.952	23.845
Passivo				
Obrigações por compra de cotas	(11.036)	(13.305)	(11.036)	(13.305)
	(11.036)	(13.305)	(11.036)	(13.305)

Operações de NDF

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia mantém Contratos a Termo de Moedas de USD 81.895 mil (Em 31 de dezembro de 2024, USD 77.759 mil), com o objetivo de proteger o seu fluxo de caixa futuro contra oscilações de câmbio, sendo o valor justo destes contratos é R\$ 2.995 no ativo circulante (R\$28.815 no ativo circulante em 31 de dezembro de 2024). Os Contratos a Termo de Moedas têm prazo médio de 90 dias entre a data de contratação e seu vencimento.



Operações de SWAP

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia contratou um derivativo Swap que possuía como valor nocional o empréstimo realizado de USD 14.324 mil em 04 de abril de 2025. O instrumento financeiro derivativo tinha o CDI como indexador e foi liquidado em dezembro de 2025 no montante de R\$ 9.772 mil.

Contrato de opções de compra

A Companhia é parte em contrato de obrigação por compras de ações envolvendo contrato de opção, conforme descrito na nota explicativa nº 21 (e). O valor está registrado à rubrica "Obrigações por aquisição de empresa".

3. Instrumentos financeiros - valor justo

Os instrumentos financeiros ativos e passivos ajustados às taxas correntes de mercado estão demonstrados a seguir:

		Consolidado				
		31/12/2025		31/12/2024		Classificação
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo		
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	126.816	126.816	62.407	62.407	Custo amortizado	
Aplicações financeiras	943.958	943.958	825.562	825.562	Custo amortizado	
Títulos e valores mobiliários	13.086	13.086	10.973	10.973	Custo amortizado	
Contas a receber de clientes	1.169.485	1.169.485	1.248.917	1.248.917	Custo amortizado	
Contrato a termo	2.995	2.995	28.815	28.815	Valor justo por meio do resultado	
Passivo						
Fornecedores	1.048.902	1.048.902	1.219.606	1.219.606	Custo amortizado	
Financiamentos e empréstimos – com encargos	871.925	871.925	923.516	923.516	Custo amortizado	
Outras contas a pagar – aquisição de controlada	13.254	13.254	12.791	12.791	Custo amortizado	
Obrigações por compra de quotas	11.036	11.036	13.305	13.305	Valor justo por meio do resultado	

Os derivativos são mensurados de acordo com o cálculo de marcação a mercado na data base.

Mensuração do valor justo reconhecido nas demonstrações financeiras

A tabela a seguir apresenta uma análise dos instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo, após o seu reconhecimento inicial. Estes instrumentos financeiros estão agrupados em níveis de 1 a 3, com base no grau em que o seu valor justo é cotado:

- Nível 1: a mensuração do valor justo é derivada de preços cotados (não corrigido) nos mercados ativos, com base em ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: a mensuração do valor justo é derivada de outras informações observáveis, exceto preços cotados incluídos no Nível 1, que são cotados através de um ativo ou passivo, quer diretamente (ou seja, como os preços) ou indiretamente (ou seja, derivada de preços); e
- Nível 3: a mensuração do justo valor é derivada de técnicas de avaliação que incluem um ativo ou passivo que não possuem mercado ativo.

A Administração, na data dos balanços adotou o nível 2 para avaliar os valores justos aplicáveis aos instrumentos financeiros da Companhia, exceto para a obrigação por compra de ações decorrente da aquisição da Khomp, conforme mencionado na nota explicativa nº 21 (e), para a qual utiliza-se o nível 3.

Crítérios, premissas e limitações utilizados no cálculo do valor justo

Os valores justos estimados dos instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia e suas controladas foram apurados conforme descrito abaixo. A Companhia e suas controladas mantém apenas contratos a termo (NDF), como mencionado nesta nota explicativa



Disponibilidades e aplicações financeiras

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores de mercado idênticos aos saldos contábeis, e consideramos que estão avaliadas a valor justo baseado no valor provável de realização.

Contas a receber de clientes e fornecedores

Decorrem diretamente das operações da Companhia e controladas, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável.

Financiamentos e empréstimos - inclui encargos

Os valores justos destes financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratar de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado e por possuírem características exclusivas, oriundas de fontes específicas para financiamento de P&D e Projetos.

Limitações

Os valores de mercado foram estimados na data do balanço, baseados em "informações relevantes de mercado". As mudanças nas premissas podem afetar significativamente as estimativas apresentadas.

4. Informações qualitativas e quantitativas sobre instrumentos financeiros

Com a finalidade de verificar a sensibilidade aos indexadores financeiros atrelados as aplicações financeiras e aos empréstimos que a Companhia e suas controladas estavam expostas na data base de 31 de dezembro de 2025, foram definidos 05 cenários diferentes para avaliação.

Com base nos saldos registrados no balanço da Companhia em 31 de dezembro de 2025, foram calculadas variações positivas e negativas de 10% e 20% a partir do cenário provável, as quais correspondem aos percentuais utilizados pela Administração em suas análises de gestão. No cenário provável, as taxas médias projetadas possuem como base as expectativas do mercado para os indicadores financeiros atrelados aos direitos e obrigações avaliados, publicadas pelo Boletim Focus do Banco Central do Brasil.

Em cada cenário a Companhia calculou os efeitos no resultado financeiro para o período de 12 meses a partir dos saldos do balanço em 31 de dezembro de 2025, sem levar em consideração a incidência de tributos e os fluxos de vencimentos programados para cada contrato, obtendo, assim, os valores conforme quadro a seguir:

	Consolidado						
	Saldos em 31/12/2025	Taxa Média	Cenário provável	Cenário I +10%	Cenário II +20%	Cenário III -10%	Cenário IV -20%
Aplicações Financeiras							
Moeda nacional	842.581	13,95%	117.540	129.294	141.048	105.786	94.032
Moeda estrangeira	101.377	4,05%	4.106	4.517	4.927	3.695	3.285
	943.958	12,89%	121.646	133.811	145.975	109.481	97.317
Financiamentos e empréstimos							
Moeda nacional	851.250	11,29%	(96.106)	(105.717)	(115.327)	(86.495)	(76.885)
Moeda estrangeira	20.675	11,23%	(2.322)	(2.554)	(2.786)	(2.090)	(1.858)
	871.925	11,29%	(98.428)	(108.271)	(118.113)	(88.585)	(78.743)
Efeito líquido no resultado			23.218	25.540	27.862	20.896	18.574



5. Gestão de capital

O capital social inclui ações ordinárias e as demais reservas atribuíveis aos acionistas controladores. O objetivo principal da gestão de capital da Companhia é maximizar o valor do acionista.

A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas e requerimentos de *covenants* financeiros. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode ajustar o pagamento de dividendos aos acionistas, devolver o capital a eles ou emitir novas ações. A Companhia monitora o capital por meio da correlação da dívida líquida (ou caixa líquido) em relação ao patrimônio líquido. A política da Companhia é a de manter uma posição de caixa líquido ou, em caso de dívida líquida, que a correlação não seja superior a 40%. A Companhia inclui na dívida líquida os financiamentos e empréstimos sujeitos a juros, menos caixa e equivalentes de caixa.

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Financiamentos e empréstimos sujeitos a juros	871.925	923.516	851.250	908.203
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(1.070.774)	(887.969)	(1.032.260)	(698.114)
Dívida líquida consolidada	(198.849)	35.547	(181.010)	210.089
Patrimônio líquido	3.014.171	2.966.536	2.991.500	2.941.909
Correlação	(7%)	1%	(6%)	7%

Para atingir este objetivo geral, a gestão de capital da Companhia, entre outras coisas, visa assegurar que cumpra com os compromissos financeiros associados aos financiamentos e empréstimos que definem os requisitos de estrutura de capital. As violações no cumprimento dos *covenants* financeiros permitiriam que o banco requeresse imediatamente a liquidação dos empréstimos e financiamentos. Não houve violações dos *covenants* financeiros de quaisquer financiamento e empréstimos sujeitos a juros no exercício. Não foram efetuadas alterações nos objetivos, políticas ou processos de gestão de capital nos exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

26. Receita operacional líquida

Abaixo apresentamos a conciliação entre as receitas bruta para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional bruta	5.658.473	6.016.862	5.302.573	5.694.552
Tributos sobre vendas	(829.196)	(861.831)	(808.374)	(850.772)
Verbas comerciais	(145.551)	(132.250)	(145.551)	(132.250)
Devoluções	(223.347)	(266.635)	(239.089)	(248.542)
Receita operacional líquida	4.460.379	4.756.146	4.109.559	4.462.988

27. Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Matéria-prima e revenda	(2.666.903)	(2.878.267)	(2.504.341)	(2.760.943)
Custos fixos e variáveis de produção	(396.079)	(370.954)	(371.935)	(345.051)
Depreciação e amortização	(54.816)	(44.296)	(53.932)	(41.357)
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(3.117.798)	(3.293.517)	(2.930.208)	(3.147.351)



Intelbras S.A. – Indústria de Telecomunicação Eletrônica Brasileira

Notas explicativas às demonstrações financeiras anuais

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

intelbras

28. Despesas por natureza

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função. Conforme requerido pelo CPC 26 (R1) (IAS 1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, apresenta, a seguir, o detalhamento da demonstração por natureza:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Despesas por função				
Com vendas	(603.887)	(644.734)	(546.811)	(577.892)
Administrativas e gerais	(257.488)	(259.342)	(209.343)	(208.946)
Outras despesas (receitas) operacionais, líquidas	(56.054)	(14.236)	(28.909)	12.399
	(917.429)	(918.312)	(785.063)	(774.439)
Despesas com pessoal				
Vendas e marketing	(553.584)	(552.477)	(469.863)	(462.507)
Frete	(199.926)	(217.123)	(193.757)	(206.724)
Utilidades, manutenção e material de apoio	(118.977)	(131.763)	(110.257)	(123.281)
Depreciação e amortização	(36.353)	(43.128)	(31.510)	(37.699)
Serviços de terceiros	(61.810)	(53.538)	(41.078)	(31.846)
Outras (receitas) despesas	(67.483)	(53.973)	(57.876)	(43.317)
Crédito financeiro	(8.395)	(524)	(8.411)	(1.698)
	129.099	134.214	127.689	132.633
	(917.429)	(918.312)	(785.063)	(774.439)

29. Resultado financeiro

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receitas aplicações financeiras	114.613	113.694	89.999	104.402
Juros	26.684	16.444	26.002	21.296
Ajuste a valor presente	98.025	69.107	96.057	67.983
Receitas com derivativos – Opções de compra	2.763	2.591	2.763	2.591
Outros	689	809	496	506
Receitas financeiras	242.774	202.645	215.317	196.778
Juros sobre financiamento e empréstimos	(104.835)	(82.087)	(104.809)	(81.820)
Despesas bancárias	(14.048)	(11.138)	(6.189)	(5.482)
IOF sobre operações financeiras	(2.031)	(3.593)	(1.967)	(1.044)
Ajuste a valor presente	(33.422)	(68.018)	(31.797)	(68.240)
Despesas com derivativos – Opções de compra	(495)	(318)	(495)	(318)
Outros	(1.850)	(1.805)	(1.484)	(1.422)
Despesas financeiras	(156.681)	(166.959)	(146.741)	(158.326)
Resultado de variações cambiais ativas e passivas	47.401	(154.580)	34.688	(141.402)
Variação cambial sobre empréstimos	4.092	(15)	4.092	-
Operações com derivativos – SWAP	(9.774)	7	(9.774)	-
Operações com derivativos – Contratos a Termo	(72.775)	89.420	(61.284)	85.445
Variação cambial líquida	(31.056)	(65.168)	(32.278)	(55.957)
Resultado financeiro líquido	55.037	(29.482)	36.298	(17.505)



30. Cobertura de seguros

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas contratadas são consideradas suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui as seguintes coberturas de seguros conforme apólices contratadas com terceiros:

Riscos cobertos	Importância segurada
Riscos operacionais (Patrimonial)	R\$ 341.980
Lucros cessantes (P.L.4 meses)	R\$ 198.000
Responsabilidade civil	R\$ 70.726
Fretes nacionais, exportação e importação	R\$ 13.420.099
Riscos de crédito	R\$ 70.000

31. Informação por segmento

As informações por segmento a seguir são utilizadas pela Administração da Intelbras para avaliar o desempenho dos segmentos operacionais e tomar decisões com relação à alocação de recursos, sendo o lucro bruto a medida utilizada no desempenho de seus segmentos operacionais.

Segurança

Segmento formado por linhas de negócio relacionadas à segurança eletrônica, tais como equipamentos para videovigilância analógica (CFTV), videovigilância IP (CFTV IP), alarmes e sensores contra intrusão, alarmes e sensores contra incêndio e controle de acessos (controladores e dispositivos para uso condominial, residencial e empresarial).

Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)

Segmento formado por linhas de negócio relacionadas à comunicação de voz, imagem e dados, bem como para infraestrutura de redes. São comercializados equipamentos para a infraestrutura de redes empresariais, residenciais e de fibra ótica, sistemas de comunicação residenciais, empresariais e seus acessórios.

Energia

Segmento formado por linhas de negócio associadas ao fornecimento de energia para equipamentos eletroeletrônicos e consumidores em geral, além de dispositivos para proteção e economia de energia em residências, empresas e condomínios. São comercializadas as linhas de fontes, baterias, nobreaks, sensores de iluminação, além de geradores de energia solar on-grid e off-grid.

As operações da Companhia são realizadas no Brasil e no exterior, e não existem clientes que representem mais de 10% da receita de cada segmento.

	31/12/2025			
	TIC	Segurança	Energia	Total
Receita operacional líquida	977.190	2.730.300	752.889	4.460.379
Lucro bruto	250.709	906.735	185.137	1.342.581

	31/12/2024			
	TIC	Segurança	Energia	Total
Receita operacional líquida	1.062.207	2.602.713	1.091.226	4.756.146
Lucro bruto	288.449	904.954	269.226	1.462.629



No quadro abaixo a Companhia fornece informações relacionadas aos ativos e passivos que regularmente possuem o desempenho avaliado pela Administração e respectivos gestores dos segmentos com intuito de tomar decisões sobre a alocação dos recursos necessários para cada segmento. Os ativos compreendem contas a receber, estoques, imobilizado e intangível, sendo o passivo composto por fornecedores:

	Ativos		Passivos	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Tecnologia da informação e Comunicação (TIC)	1.019.126	1.199.446	197.942	237.702
Segurança	2.063.659	2.131.840	706.564	746.385
Energia	813.966	961.396	144.396	235.519
	3.896.751	4.292.682	1.048.902	1.219.606

32. Informações sobre transações e saldos com partes relacionadas

Os saldos com partes relacionadas referem-se a transações com condições específicas pactuadas entre as partes, sendo que os saldos em geral sofrem atualização com o indicador Selic quando aplicável. A Companhia entende que as transações entre partes relacionadas possuem características operacionais, assim, em sua Demonstração de Fluxo de Caixa os efeitos são mantidos nas Atividades Operacionais.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia celebrou um acordo de cooperação ("Acordo de Cooperação") com a Zhejiang Dahua Technology Co., Ltd., sociedade pertencente ao grupo econômico da Dahua Europe B.V. Nos termos do Acordo de Cooperação, há um compromisso de adquirir exclusivamente da fornecedora Dahua produtos circuito fechado de televisão composto por câmeras de segurança eletrônica e gravadores digitais de vídeo, desde que observados, pela fornecedora Dahua, o cumprimento de determinadas condições comerciais, conforme estabelecidas no Acordo de Cooperação. Desde novembro de 2019 a fornecedora Dahua possui ações da Companhia que em 31 de dezembro de 2025 representam 7,56% do capital social.

A seguir a Companhia demonstra as principais operações comerciais, operacionais e financeiras entre as partes relacionadas:

1. Transações e saldos entre Companhia e partes relacionadas

	Controladora					
	Saldos no balanço					
	Contas a receber		Fornecedores		Outras contas a pagar/receber	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ascent Asia	-	-	-	-	-	-
Seventh	44	-	-	-	(11)	(13)
Décio Indústria Metalúrgica	23	24	(6.262)	(5.070)	-	-
Rhomp Indústria e Comércio	6	55	(748)	(102)	-	-
Renovigi Energia Solar	-	48.407	-	(5.111)	-	301
Allume Holding SAS	8.831	13.977	-	-	-	-
Zhejiang Dahua Technology (i)	-	-	(430.208)	(478.466)	-	4.941
	8.904	62.463	(437.218)	(488.749)	(11)	5.229
	Transações					
	Receita de Vendas		Compras		Juros s/ empréstimos	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ascent Asia	-	-	(8.827)	(10.467)	-	-
Seventh	2	2	-	-	-	-
Décio Indústria Metalúrgica	73	99	(36.529)	(41.391)	-	475
Rhomp Indústria e Comércio	66	292	(1.488)	(1.742)	-	-
Renovigi Energia Solar (ii)	(11.619)	41.123	(217.377)	(188.034)	-	5.205
Allume Holding SAS	10.343	11.232	-	-	-	-
Zhejiang Dahua Technology (i)	-	-	(680.742)	(1.131.769)	-	-
Aunady	-	-	(700)	(414)	-	-
	(1.135)	52.748	(945.633)	(1.373.817)	-	5.680



	Consolidado					
	Saldo no balanço				Transações	
	Fornecedores		Outras contas a pagar/receber		Compras	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Zhejiang Dahua Technology (i)	(448.846)	(505.846)	-	4.941	(729.185)	(1.186.658)
	(448.846)	(505.846)	-	4.941	(729.185)	(1.186.658)

- (i) Os montantes apresentados correspondem a somatória das transações com a Dahua e suas investidas.
(ii) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Renovigi realizou compras no valor de R\$ 5.210 e devolução de vendas à Companhia no valor de R\$ 16.829.

2. Transações e saldos entre as investidas

	Consolidado	
	Receita de Vendas	
	31/12/2025	31/12/2024
Vendas realizadas pela Ascent para Dahua	10.231	7.576
Vendas realizadas pela Dahua para Allume	47.834	54.889
Vendas realizadas pela Dahua para Renovigi	609	-
	58.674	62.465

Garantias

A Companhia presta garantia referente aos financiamentos e empréstimos descritos na nota explicativa nº 15 e que são concedidos para as instituições financeiras, sendo carta fiança e bens do ativo imobilizado. Não são prestadas garantias a terceiros.

Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui os membros do Conselho de Administração e diretores estatutários e não-estatutários, cujas atribuições envolvem o poder de decisão e o controle das atividades da Companhia. A remuneração do pessoal-chave da Administração totalizou R\$ 43.105 durante os doze meses findos em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 43.812 em 31 de dezembro de 2024). Neste valor estão englobados benefícios de curto prazo, que correspondem a: (i) pró-labore ou honorário pago à diretoria e aos membros do Conselho de Administração; (ii) bônus pago à diretoria e (iii) outros benefícios, como plano de saúde.

A Companhia não concede a seus administradores benefícios pós emprego e/ou benefícios de rescisão de contrato de trabalho, além dos previstos pela legislação aplicável.

Plano de incentivo de longo prazo (Plano ILP)

A Companhia possui um programa de incentivo a longo prazo ("Plano ILP"), concedido aos Diretores e Gerentes Executivos com objetivo de atrair, motivar ou reter, bem como alinhar seus interesses aos interesses da Companhia e de seus acionistas.

O montante de direito dos participantes do plano é convertido pela cotação média das ações da Companhia na B3, tendo como base o mês anterior ao exercício de direito. Após o cumprimento das carências dispostas no regulamento, o montante de direito dos participantes do plano será convertido novamente para liquidação do incentivo financeiro em dinheiro, considerando a cotação média das ações da Companhia nos últimos 20 pregões do mês anterior a liquidação financeira.

Como condição para aplicação do Plano ILP (gatilho), a Companhia precisa obter, no mínimo, 20% de ROIC – Retorno sobre Capital Investido no exercício imediatamente anterior a cada ano da aplicação do direito. Além disso, o Plano ILP, somado as participações nos lucros, não poderá ultrapassar os limites de números de salários dos elegíveis dispostos no regulamento do plano.



O regulamento do Plano ILP determina algumas condições para o recebimento do incentivo, sendo dividido em duas parcelas onde:

- 30% do incentivo será liberado após o participante completar 60 anos de idade ou encerrar a carreira; e
- 70% em três parcelas anuais a partir do 2º ano da respectiva data de outorga do contrato

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram registradas no resultado o montante de R\$ 449 de despesas relacionadas ao Plano ILP na rubrica de despesas administrativas e gerais na demonstração do resultado do exercício em contrapartida de outras contas a pagar, no passivo não circulante, conforme movimentações demonstradas no quadro abaixo:

PLANO ILP	31/12/2024	Pagamento	Reciprocidade	Efeito no Resultado		31/12/2025
				Reconhecimento (estorno)	Atualização	
2022	1.198	(277)	-	(39)	(37)	845
2023	1.593	-	-	(86)	(220)	1.287
2024	1.907	-	77	(592)	(225)	1.167
2025	-	-	-	1.648	-	1.648
TOTAL	4.698	(277)	77	931	(482)	4.947

33. Itens que não afetam caixa

As transações ocorridas no exercício que não afetaram os fluxos de caixa da Companhia, exceto os saldos incorporados na Controladora já demonstrados na nota explicativa nº 1.2, estão abaixo apresentadas:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Itens que não afetaram caixa:				
Variação cambial em controlada no exterior	318	2.985	231	2.202
Reconhecimento de contratos de arrendamento	7.105	11.797	5.443	9.469
Aumento de capital social com reserva de lucros	300.000	-	300.000	-
Juros sobre capital próprio/dividendos declarados e não pagos	-	29.505	-	29.505
Dividendos não controladores declarados e não pagos	2.141	-	-	-
Variação no saldo de fornecedores de imobilizado a prazo	(3.259)	(3.407)	(3.259)	(3.407)
Incorporação de controlada (Nota explicativa nº 11)	-	-	(497.491)	-
Abatimentos de empréstimos concedidos a investidas com transações "intercompany"	-	-	-	66.123
Aumento de capital nas investidas com empréstimos concedidos	-	-	-	76.205

* * *

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES ANUAIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Os Diretores da Intelbras S.A. Indústria de Telecomunicação Eletrônica Brasileira ("Companhia"), em conformidade com o inciso II, do §1º, do artigo 31 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, declaram que revisaram, discutiram e concordaram com as demonstrações financeiras anuais individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício de 31 de dezembro de 2025 comparativa com 31 de dezembro de 2024, autorizando a sua conclusão nesta data.

São José, 24 de fevereiro de 2026.

Henrique Fernandez

Diretor Presidente

Rafael Boeing

Diretor de Relações com Investidores e Diretor Superintendente Administrativo Financeiro

Marcio Ferreira da Silva

Diretor Superintendente de Energia

Paulo Daniel Correa

Diretor Superintendente de Segurança

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Os Diretores da Intelbras S.A. Indústria de Telecomunicação Eletrônica Brasileira ("Companhia"), em conformidade com o inciso II, do §1º, do artigo 31 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, declaram que revisaram, discutiram e concordaram com o parecer e relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras anuais individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício de 31 de dezembro de 2025 comparativa com 31 de dezembro de 2024, autorizando a sua conclusão nesta data.

São José, 24 de fevereiro de 2026.

Henrique Fernandez

Diretor Presidente

Rafael Boeing

Diretor de Relações com Investidores e Diretor Superintendente Administrativo Financeiro

Marcio Ferreira da Silva

Diretor Superintendente de Energia

Paulo Daniel Correa

Diretor Superintendente de Segurança

INTELBRAS S.A. INDÚSTRIA DE TELECOMUNICAÇÃO ELETRÔNICA BRASILEIRA

Companhia Aberta de Capital Autorizado
CNPJ: 82.901.000/0001-27

RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA

EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

1. Apresentação

O Comitê de Auditoria ("Comitê") da Intelbras S.A. Indústria de Telecomunicação Brasileira S.A. ("Companhia") é um órgão não estatutário de assessoramento vinculado ao Conselho de Administração da Companhia e atua com autonomia operacional e orçamento próprio no exercício de suas funções. Seus objetivos, entre outros, incluem supervisionar as atividades dos auditores independentes relativamente à sua independência, qualidade e adequação dos serviços prestados às necessidades da Companhia; monitorar a qualidade e integridade de suas demonstrações financeiras e dos mecanismos de controles internos utilizados e avaliar e monitorar a exposição de riscos considerando a política de riscos adotada.

2. Composição e mandato

O Comitê de Auditoria é composto por três membros, sendo um membro independente do Conselho de Administração e dois membros externos, sendo um deles o especialista financeiro, com reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária, nos termos da regulamentação editada pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e pelo Regulamento do Novo Mercado da B3. Os três membros possuem mandatos vigentes até 21 de maio de 2027 e são: José Ronaldo Vilela Rezende, coordenador e especialista em contabilidade, Gilberto Heinzelmann - membro independente do Conselho de Administração e Marciel Manoel Linhares.

3. Atribuições e Responsabilidades

As competências do Comitê estão previstas no Regimento interno e são desempenhadas conforme as exigências da regulamentação aplicável que são: Avaliar o desempenho e opinar sobre a contratação e destituição dos serviços de auditoria independente; Avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras anuais; Acompanhar as atividades da auditoria interna e da área de controles internos da Companhia; Revisar e submeter à aprovação do Conselho de Administração a proposta do Apetite ao Risco da Companhia elaborada pela Diretoria; Avaliar e analisar a Estrutura de Gestão de Riscos e os Riscos da Companhia, recomendando melhorias sempre que

necessário; e Avaliar, monitorar, e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a política de transações entre partes relacionadas.

O Comitê elabora relatório resumido, contemplando as reuniões realizadas, os principais assuntos discutidos e as recomendações feitas, para envio ao Conselho de Administração.

4. Atividades do Comitê de Auditoria

O Comitê se reuniu 8 vezes no período de 21 de fevereiro de 2025 a 19 de fevereiro de 2026. Os temas, formalizados em atas que refletem a profundidade dos debates, foram reportados regularmente ao Conselho de Administração pelo Coordenador e/ou o membro independente do Conselho atuante no Comitê. No período, o colegiado apresentou recomendações voltadas ao aperfeiçoamento contínuo da governança, sendo que as proposições prioritárias foram acatadas ou estão em fase de implementação pela Administração.

O Comitê se reuniu para analisar a performance da Companhia e avaliar os sistemas de identificação de riscos e controles internos da mesma, monitorando as suas exposições de risco e elaborando sugestões de melhoria ao Conselho de Administração. Adicionalmente, foram discutidas **(a)** as informações trimestrais, intermediárias e demonstrações financeiras anuais da Companhia; **(b)** a avaliação e monitoramento das políticas internas da Companhia, sendo elaboradas recomendações para aprimoramento das mesmas; **(c)** entendimento dos processos de gestão e atuação do Comitê de Compliance da Companhia e principais temas correlatos; **(d)** entendimento dos processos de gestão das operações de pesquisa e desenvolvimento e forma de controle dos benefícios fiscais; **(e)** monitoramento do ambiente interno de TI, políticas de segurança da informação e de uso de Inteligência Artificial, performance do ERP e estrutura de TI para suportar o crescimento; **(f)** monitoramento de transações com partes relacionadas e controles internos correlatos; **(g)** entendimento dos processos de gestão de estoques; **(h)** apreciação dos planos da auditoria interna e da área de controles internos e gestão de riscos corporativos, bem como monitoramento da atuação destas áreas; **(i)** deficiências de controles internos da Companhia relatadas pelos auditores independentes; **(j)** entendimento do processo e controle na gestão de pós vendas da Companhia; **(k)** acompanhamento dos processos judiciais envolvendo a Companhia, e respectiva provisão para contingências; **(l)** monitoramento do status de desempenho das controladas e aquisições de novas empresas; **(m)** monitoramento de investimentos relevantes em obras e imobilizados; **(n)** acompanhamento do processo de contratação e avaliação anual dos trabalhos do auditores externos; **(o)** monitoramento das atividades de ESG - Environmental, Social and Governance; **(p)** monitoramento do processo de gestão de vendas, programas e benefícios para parceiros de negócio; **(q)** supervisão e avaliação dos processos de apuração e reconhecimento de Imposto de Renda/Contribuição Social sobre Lucro Líquido; **(r)** monitoramento da gestão de cobertura de seguros; **(s)** contratação de instrumentos financeiros (derivativos); **(t)** inadimplência nas operações comerciais da Companhia; **(u)** operação da Intelbras China / Trading (estrutura, controles, operação) e **(v)** assessment dos

processos de governança da Companhia.

O Comitê tem mantido interações com os responsáveis pelo Comitê de Riscos Estratégicos, do Departamento de Processos Corporativos e Riscos, do Departamento de Auditoria Interna, do Departamento de Controladoria e do Comitê de Compliance, além do processo de apuração de fraudes internas e externas e de prevenção a fraudes. O Comitê de Auditoria, com base no conjunto de informações obtidas durante suas interações com tais órgãos/áreas e em suas próprias averiguações, avalia como adequada a estrutura de controles internos mantidos pela Companhia e continuará a empreender os esforços para fortalecer o processo de controles internos e gerenciamento de riscos, com o efetivo engajamento de todos os níveis da Administração.

5. Recomendação referente as Demonstrações Financeiras

Os membros do Comitê, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no Regimento Interno do Comitê, analisaram as demonstrações financeiras Individuais e Consolidadas da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas do Relatório da Administração e do Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras, em reunião realizada em 19 de fevereiro de 2026. Com base nos trabalhos efetuados e, considerando as informações prestadas pela Administração da Companhia e pelos representantes da Deloitte Touche Thomatsu Auditores Independentes, os membros do Comitê de Auditoria, por unanimidade, recomendam ao Conselho de Administração da INTELBRAS S.A a aprovação das referidas demonstrações financeiras.

São José, 19 de fevereiro de 2026.

José Ronaldo Vilela Rezende
Coordenador do Comitê de Auditoria

Gilberto Heinzelmann
Membro do Comitê de Auditoria

Marciel Manoel Linhares
Membro do Comitê de Auditoria